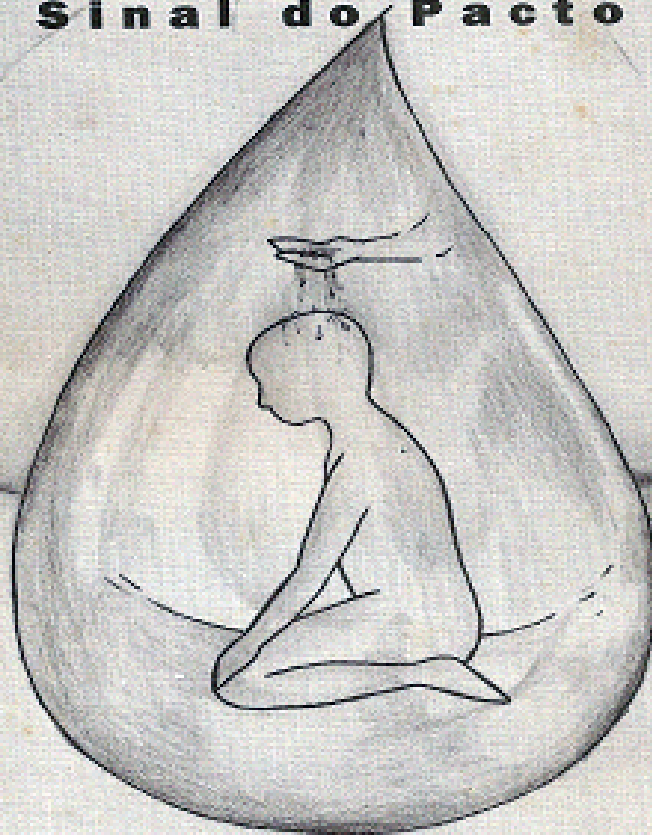


BATISMO

Sinal do Pacto



Rev. Onezio Figueiredo

BATISMO

01- Batismo, o que é:

Batismo é o rito de ingresso na Igreja de Jesus Cristo. Sem ele não se entra para a comunidade dos que professam a fé cristã. Quanto a isto, todos os evangélicos estão de acordo.

Definição clássica, calvinista, de batismo: "Sinal visível da graça invisível" ou "Sinal externo da graça interna". Primeiro, a graça, pela operação interna do Espírito Santo, depois, a aplicação de seu símbolo externo, o ato batismal.

02- Divergências.

As divergências, que a nós nos parecem secundárias, residem no "modo" de aplicação e "a quem" aplicá-lo. As discussões apaixonadas sobre a "biblicidade" da forma batismal e do "pedobatismo" têm levado irmãos em Cristo a se fecharem em "guetos" denominacionais e a se hostilizarem mutuamente. É uma pena que isto tenha acontecido nos primórdios do protestantismo e ainda esteja acontecendo, pois demonstra injustificável deslocamento do principal para o contingencial. O centro de nossa fé é Jesus Cristo. Somos salvos pela graça operada em nós pelo Espírito Santo, que habita o salvo (Ef 2.8,9). Aquele que pensa que está salvo por causa da forma pela qual foi batizado ou porque recebeu o lustre batismal como resposta de sua fé, que lhe adveio em decorrência de sua maturidade biopsíquica, mental e racional, faz a sua salvação depender das obras, da razão, do raciocínio, de um rito com virtude, em si mesmo, de operar a redenção do pecador. Cristo nos salva (que se fixe bem esta doutrina) por sua morte vicária e nos reconcilia com o Pai por iniciativa do Filho, sem levar em conta o que possa fazer o homem, que apenas responde pela fé, mas fé que não é uma produção de sua mente, resultado de suas perquirições teológicas, mas dom de Deus. Não creio, porque me tomei adulto; creio, porque o Salvador galardoou-me com o maravilhoso dom da fé. Também não sou salvo porque alguma denominação ou seita aplicou sobre mim o seu batismo, mesmo com o argumento de ser o único verdadeiro. Não é o "batismo verdadeiro" de determinada seita que me salva. Quem opera em mim o milagre da salvação é o "Cristo verdadeiro", o das Escrituras, com ou sem batismo como, por exemplo, aconteceu com o ladrão na cruz. O dia em que os evangélicos forem, na teologia e na prática., cristocêntricos, o que é secundário não nos separará uns dos outros.

03- Posição de nossa igreja:

A Igreja Presbiteriana pratica a aspersão, mas aceita a imersão como forma também válida da ministração batismal. É sem restrição, e com prazer, que recebemos à comunhão da Ceia do Senhor os irmãos em Cristo, que se tomaram membros da Igreja pela submersão no rio, na piscina ou no batistério.

04- Forma batismal.

Não há nenhuma prova clara, insofismável e irrefutável, no Novo Testamento, que determine direta e definitivamente qualquer forma batismal. Dogmatiza-se, de um lado e de outro, com base em evidências, analogias e inferências bíblicas. O imperativo batismal de Cristo não inclui normas e formas.

a) A lingüística não ajuda.

Não adianta apelar para significados de "bapto" e "baptizo" do grego clássico, pois na "koinê", grego do Novo Testamento, o classicismo não entra. Os documentos neotestamentários, além de escritos na linguagem do povo, língua popular, ainda os termos foram adaptados à nova realidade doutrinária, recebendo conotações técnicas para denotações específicas, alterando as formas primitivas de "bapto", "baptizo" que, aliás, jamais foram usadas religiosamente, em lugar de "to baptisma" e "ho baptismós", que não ocorrem na Septuaginta e nem no grego clássico. São, no entanto, utilizados para conotarem o batismo de João, dando-lhe conteúdo cerimonial e ritualístico num contexto geral, estreitamente ligado ao cerimonialismo judaico. Não se pode desprezar o fato de que a lei e os profetas duraram até João, o batista. Sua vinculação à velha dispensação é tão profunda que seus contemporâneos julgaram ver nele o Elias prometido. Se seu batismo não tivesse raízes na tradição de seu povo, teria sido rejeitado como herético. Israel desconhecia o cerimonial imersionista. Suas purificações realizavam-se por aspersões e afusões. O termo "baptismoí" é usado em Hebreus 9.10 cf Hb 6.2, para denotar "abluções" e "aspersões" do ritualismo mosaico. Por outro lado, o vocábulo "báptisma", substantivo, denotador geral do batismo cristão no Novo Testamento, não é encontrado em nenhum outro lugar. É termo novo para descrever realidade nova. Eis porque, repito, as origens helenísticas do linguajar clássico não nos ajudam na compreensão de "baptismós" e "báptisma", palavras de domínio popular nos tempos neotestamentários. Provar imersão por grego clássico é, no mínimo, anacronismo lingüístico. Buscar "bapto" e "baptizo" fora e muito além dos textos neotestamentários parece-nos hermenêutica inadequada e imprópria, embora lá, e antigamente, tais palavras significassem

"imersão" em qualquer coisa, "tingir" ou "fazer perecer". Os termos não incluem em si mesmos, a idéia de água e de imersão. Falam hoje o que não falavam antes.

b) Batizar nem sempre é mergulhar.

Como vimos no tópico anterior, "bapto" e "baptizo" significam imergir em alguma coisa. Porém, este não é seu significado exclusivo na linguagem bíblica. Um exemplo conclusivo: Em Lc 11.38 o fariseu estranhou que Jesus não se lavasse (ebaptiste, do verbo batipzo) antes de comer. E como os judeus e fariseus faziam tal "batismo"? Marcos 7.4 nos explica: "Quando voltam da praça (da rua), não comem sem se aspergirem (rantísontai, do verbo "rantizo"). Logo, não há negar, "baptizo" é sinônimo de "rantizo", aspergir. Sem dúvida, aqui, "batizar" é a mesma coisa que "aspergir", pois os fariseus não se lavavam por "imersão", mas por "aspersão". E não fiquem zangados comigo, foi Marcos que nos ensinou assim. Se as purificações farisaicas fossem por imersão, e não por aspersão ou derramamento de água, como explicar a sujeira no interior do vaso "mergulhado"? (Mt 23.25 cf Lc 11.39). Dizem que Naamã "mergulhou". Mas o verbo "tabal", em hebraico, significa também aspergir, purificar, respingar, molhar. A túnica de José foi molhada no sangue de um bode: Verbo "tabal". Havia possibilidade de se "mergulhar" uma túnica talar no sangue de um bode? Teria sentido, se fosse possível? Eliseu mandou Naamã lavar-se (raha) sete vezes, não mergulhar. No Velho Testamento há um caso típico de "baptizo" por "aspersão", registrado em Daniel 4.25: "E serás molhado (batizado) com orvalho do céu". Podia Nabucodonozor "imersão-se" no orvalho do céu que caia sobre ele? "Baptizo" não significa privativamente "mergulhar", sobre tudo em se tratando de purificações cerimoniais, às vezes chamadas "batismos" (Nm 19 Hb 9.10; 6.2), realizadas por aspersão. Não prevalece a tese de que "bapto" e "baptizo" signifiquem sempre e exclusivamente "mergulhar", e muito menos, "mergulhar em água". Estes verbos também não trazem a ideia de "sepultar".

c) De imergir a sepultar.

Por analogia literalista passou-se de "imersão" para "sepultar", imersão virou sepultamento na prática (sepultar na água) e no sentido (sepultar com Cristo). No significado teológico, todo regenerado morre e ressuscita em Cristo; sepulta-se o velho homem; mas os símbolos desses mistérios são a cruz e o sepulcro vazio, não tanques batismais. Todo crente estava em Cristo no Gólgota e no túmulo de José de Arimateia; morreu, e com ele ressurgiu para a vida eterna. Não é, pois, o batismo que "sepulta" e

"ressuscita" o salvo, é Cristo por sua morte vicária, Voltaremos ao assunto posteriormente.

d) A suposta imersão joanina.

O fato de João Batista batizar no Jordão serve para se inferir que o fazia por imersão. "Entrar na água e sair dela" leva os imersionistas a concluir que houve imersão. Tudo na base de deduções; nenhuma evidência clara. "Bapto", dizem, no grego clássico significa imergir, e nada além disso. Mas lá no clássico, o aludido verbo tinha o sentido de "tingir". Assim define W.C. Taylor: "Mergulho, mergulho em, mergulho em tinta, tinjo ... Bapta = vestidos tingidos. Baptizo também é usado no sentido de tingir, mas Bapto é preferido" (Dicionário do Novo Testamento Grego). Além de o termo não especificar em que substância se deve imergir, também não nos diz se objetos (além de roupas), animais e pessoas estão incluídos. Felizmente, como já vimos, o niverso significativo de "bapto" não se contempla no Novo Testamento por não caber na simbologia sacramental, herança do Velho Testamento, não do paganismo. Também as preposições gregas não provam que João imergia no Jordão. Com elas não preencheremos o vácuo explicativo entre o ato batismal e o modo de operá-lo. O mais sensato seria aceitar as duas formas usadas no cristianismo: "Aspersão e Imersão".

e) Batismo, dogma denominacional.

Embora a polêmica focalize o aspecto bíblico das formas batismais na tentativa de encontrar justificativas escriturísticas para o rito batismal, o que, na realidade, determina a prática do batismo é o dogma denominacional restrito, é a sacralização da prática de cada grupo sectário. A Igreja decidiu que assim seja, assim será. A prova bíblica vem depois. Se favorável, divulga-se, faz-se constar no "manual", inclui-se na liturgia. Se não, silencia-se, e tudo continua no mesmo. Com verbo ou sem verbo, com preposição ou sem preposição, com Jordão ou sem Jordão, imerge-se, asperge-se, porque o que importa não são as formas pretensamente bíblicas por deduções, analogias e inferências, mas as normas eclesiásticas, e estas preservam os signos fundamentais: A água, os nomes trinitários, o ingresso na Igreja visível; isto tudo conforme mandamento de Cristo. Somos declarados cristãos tanto por aspersão como por imersão, pois ninguém passa do reino do mundo para o de Cristo senão pelas águas batismais. As exceções pertencem a Deus. Os dogmas batismais das várias seitas, segundo pretendem, firmam-se no literalismo bíblico. Muitas se voltam para o Jordão, priorizando o batismo de João como modelo irrefutável de imersão, mas seguem particulares interpretações, elegendo rios, lagos, riachos, piscinas e tanques nacionais à mão dos oficiantes.

Águas poluídas, paradas, estagnadas: todas servem, desde que se pratique a "imersão bíblica". O Jordão, pensam, pode ser substituído pelos nossos rios ou nossos tanques. Acompanham a tese de Naamã: "Não são, pois, Abana e Farfar, rios de Damasco, melhores do que todas as águas de Israel?" (II Rs 5.12). Levantam-se as questões: O Novo Testamento autoriza explicitamente o mergulho lustral? - Autoriza-o fora do Jordão? -Mandou algum ministro mergulhar o batizando em tanque? Estas perguntas só podem ser respondidas à luz da teologia denominacional, conforme o dogma de cada seita. Em quaisquer casos, porém, são passíveis de contestação. Claras não estão nos textos sagrados; claríssimas, no entanto, figuram-se nos dogmas sectários.

f) Validade do dogma mais que a legitimidade da forma.

Um batizado por imersão em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo numa seita imersionista, ao passar para outra, "mergulha-se" de novo. Então, o que está em jogo não é a doutrina da imersão, mas o dogma sectário; esse sim, é "sagrado". Cada grupo se julga dono da verdade e proprietário do "batismo verdadeiro", do "munus" salvador. São posições lamentáveis entre protestantes e evangélicos. O presbiterianismo não sacraliza formas batismais; o que o caracteriza é sua ênfase na doutrina da soberania absoluta de Deus, da qual decorrem as da eleição, da graça, da fé, da justificação, da perseverança dos salvos, da providência, da regeneração, do juízo final. Procuramos fundamentar a prática aspersionista sem excluir ou invalidar a imersionista.

05- Justificativas presbiterianas da aspersão.

a) O Espírito Santo foi derramado (At 2.17,18,32,33; Tt 3.5).

No Pentecostes o Espírito "desceu" sobre cada discípulo em forma de língua de fogo (At 2.3). Jesus soprou sobre os discípulos dizendo-lhes: "Recebei o Espírito Santo" (Jo 20.22). Ora, João Batista afirma que o Messias "batizará com o Espírito" (Me 1.8). E a promessa se cumpre, como se verifica pelos textos citados, mas não por 'imersão' no Espírito, mas por derramamento. Portanto, não somos batizados "no Espírito", mas "pelo Espírito". A água derramada simboliza, pois, literalmente, o Espírito derramado.

b) O Batismo de Paulo.

Não há como negar que Paulo foi batizado em pé (At. 9.18; 22.16). A expressão no original grego, "Anastas ebaptisthe" significa: Levantando-se, foi batizado. O particípio "anastas" indica que houve concomitância entre "levantar" e ser "batizado", isto é, o ato de levantar foi desencadeado para a efetivação do batismo. Era a postura reverente e adequada para se receber a aspersão

batismal. Não há lugar, em absoluto, para se arranjar um rio ou um tanque para o batismo de Paulo. Da casa de Judas não saiu, senão depois de ser batizado. Não podemos forçar a Palavra de Deus a dizer o que desejamos que diga. E o que ela afirma é que Paulo foi batizado em pé. Em sua defesa perante os judeus em Jerusalém reafirma que seu batismo foi efetivado por Ananias, imediatamente após a sua conversão. Nessa oportunidade, e para caracterizar bem o batismo cristão, deveria ter explicado seu suposto "mergulho" e onde ocorreu. Não o fez, porque, efetivamente, não foi "imerso" por Ananias.

c) As abluções traduzidas por batismos.

Em Hb 9.10 o autor refere-se às aspersões do cerimonialismo judaico, onde a água das purificações era aspergida sobre o contaminado, assim como o sangue da vítima sacrificial. Essas cerimônias, conclui o narrador, representavam símbolos do que haveria de acontecer na cruz pelo derramamento do sangue do Cordeiro. Deixemos o texto falar: "Porque, havendo Moisés proclamado todos os mandamentos, segundo a lei, a todo o povo, tomou o sangue dos bezerros e dos bodes, com água, e lã tinta de escarlata, e hissopo, e aspergiu não só o próprio livro, como também todo o povo, dizendo: Este é o sangue da aliança, a qual Deus prescreveu para vós outros. Igualmente aspergiu também com sangue o tabernáculo e todos os utensílios do serviço sagrado. Com efeito, quase todas as coisas, segundo a lei, se purificam com sangue; e sem derramamento de sangue não há remissão" (Hb 9.19-22). A aliança foi selada com a morte da vítima e o derramamento de seu sangue e água. Logo, se o batismo é o sinal do pacto no Novo Testamento, deverá ser, como foi o do Velho, por aspersão. Observemos ainda o seguinte: **a-** O símbolo da remissão é o derramamento de sangue, instituído por Deus, segundo a lei, e não a "imersão". Aliás, em nenhum lugar a "imersão" é instituída como símbolo da remissão que se efetivaria na nova aliança; **b-** Somos salvos pelo derramamento de sangue de Cristo; derramamento, não "imersão". **c-** Transfere-se para a Igreja, em realidade, o que em figura se fazia no Velho Testamento. E o que se prefigurava na velha dispensação, realiza-se na nova pelo derramamento do sangue de Jesus Cristo, do Espírito Santo e da água batismal sobre o batizando, esta simbolicamente, como sinal visível da graça invisível. O símbolo bíblico, em suma, é ASPERSÃO, não imersão.

d) Batismo pelo mar e pela nuvem. Paulo afirma que os judeus foram batizados pela nuvem e pelo mar, onde não houve imersão. Ouçamo-lo: "Ora, irmãos, não quero que ignoreis que nossos pais estiveram todos sob a nuvem e todos passaram pelo mar, tendo

sido todos batizados, (ebaptisanto) assim na nuvem, como no mar, com respeito a Moisés" (I Co 10.1,2). Ninguém, desapaixonadamente, ignora que os judeus não se imergiram ou foram imersos no Mar Vermelho. Os egípcios foram. Os israelitas, ao contrário, caminharam a pé enxuto entre as muralhas de água (Ex. 14.27). Também não mergulharam na nuvem. Esta, em forma de coluna, postava-se atrás, entre os retirantes e seus perseguidores. A expressão de Paulo: "Hypó ten nephélen" é traduzida por Almeida revisada por "sob a nuvem", e está certo, desde que entendamos que "sob" signifique "abaixo de" "sob proteção de", e não, jamais, "dentro de". A preposição "hypó", usada, no caso, com o acusativo "nephélen", significa "sob" no sentido de ser protegido, amparado. Como a nuvem, no Êxodo, é identificada com O anjo de Javé (Ex. 14.19), é provável que o apóstolo, ao falar do simbolismo batismal, tenha pensado no Espírito Santo, lembrado pela figura da nuvem. João, no capítulo 3.5, narra o diálogo de Jesus com Nicodemos, quando o Mestre diz ao doutor da lei: "Quem não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus". A água e o Espírito sempre estiveram relacionados, desde a criação. O que fica evidente no simbolismo paulino é que o batismo dos israelitas em Moisés, pelo mar e pela nuvem, não foi imersão. Logo, batizar não significa única e exclusivamente 'imersão', como os imersionistas pretendem provar pelo helenismo clássico, alheio à koinê neotestamentária, de "bapto" e "baptizo". Pelo visto, estes termos não são aplicáveis ao batismo cristão. O que, por outro lado, é fora de dúvida é o paralelismo entre o "batismo dos judeus", descrito por Paulo, e o batismo cristão. Eles, pelo batismo da nuvem e do mar, saíram dos domínios de Faraó e passaram para os domínios de Deus; da escravidão no Egito para a liberdade em Javé, embora com sacrifícios. Os cristãos, semelhantemente, pelo batismo, declaram-se publicamente desligados do mundo e ligados ao Salvador, libertos dos escravizantes poderes do Diabo, do pecado e da morte, e livres para serem servos de Cristo. Se para eles não houve imersão; para nós também não há.

e) Os três mil batizados.

Quase três mil foram batizados em Jerusalém, sem previsão, num só dia. Também, neste caso, a imersão é impossível ou impraticável pelas seguintes evidências: a- Não havia rio na Cidade Santa. Os reservatórios não eram abundantes e se destinavam ao uso doméstico, ao atendimento das necessidades populares básicas. Não havia piscina ou banheiras públicas; b- Mergulhar quase três mil em um dia (At 2.41), em um local sem águas para imersões, num ambiente de festa, quando Jerusalém recebia

judeus e prosélitos de todas as partes, sem indumentárias especiais para "pastores e batizando, e sem os confortáveis batistérios com água encanada, sem vestiários, era simplesmente inexecutável. Acrescenta-se ainda a oposição sistemática à nova seita e aos seus adeptos, que lhes vedaria, certamente, acesso aos "supostos tanques" e aos escassos dormitórios. A aspersão se praticou, com certeza.

f) Talha, não tanques.

Os judeus possuíam talhas, não tanques de purificações destinadas às lavagens cerimoniais por aspersão. Não conheciam os "batistérios bíblicos", muito prestigiados hoje pelo sacramentalismo denominacional. As purificações judaicas faziam-se por águas correntes derramadas, aspergidas, "águas vivas", não águas paradas, estagnadas. Imersão, pois, não se fundamenta na tradição judaica, mas em teologias inferenciais de pouco rigor exegético e hermenêutico.

g) Batismo do Carcereiro de Filipos.

Não pode ter sido por imersão. Foi à noite e no cárcere (At 16) ou, no máximo, numa casa contígua ao edifício carcerário, visto que, após receber o batismo, levou os prisioneiros para sua própria casa. O texto é o seguinte: "E lhe pregaram a palavra de Deus, e a todos os de sua casa. Naquela mesma hora da noite, cuidando deles, lavou-lhes os vergões dos açoitados. A seguir foi ele batizado, e todos os seus. Então, levando-os para a sua própria casa lhes pôs a mesa; e, com todos os seus, manifestava grande alegria, por terem crido em Deus" (At 16.32.34). Não esperaram amanhecer para "descerem às águas"; nem podiam, pois não havia rio por perto, segundo tudo indica. O obstáculo maior, porém, era que ele não devia abandonar os detentos, deixá-los à mercê da responsabilidade de terceiros que, com certeza, não a possuíam (falo dos outros detentos), e retirar-se com Paulo e Silas para a imersão. Os outros prisioneiros não aceitariam tal discriminação e, além do mais, aproveitariam a oportunidade para fuga. E mais: Ao ato de conversão segue o batismo, "naquela mesma hora da noite" (At 16.33). Aspersão para o carcereiro, possível. Imersão, impossível.

h) Outros casos.

O batismo de Cornélio, de seus parentes e demais gentios convertidos, não se explica por imersão, mas se viabiliza por aspersão (At 10.47). Cornélio conhecia bem as purificações judaicas (At 10.22), mas ignorava o cerimonialismo imersionista. E o rio para imergi-lo?

i) Os discípulos de João.

Os discípulos de João, o batista, em Éfeso, foram rebatizados por Paulo sem nenhuma evidência de imersão, sem qualquer menção a rio ou tanque (At 19.5). Aliás, fora do batismo de João não se menciona rio, não porque se os omite, mas porque são desnecessários às ilustrações aspersionistas.

06- Batismo de João, o Batista.

Ao lado do grego clássico, em linguagem não teológica, exterior e anterior ao universo significativo da “koinê” neotestamentária, alinha-se o batismo de João, ligado ao Jordão. Ambos tomados como bastiões inexpugnáveis da imersão. Um e outro, entretanto, gravitam fora da órbita de expressão, significação e simbolismo do Novo Testamento e da Igreja no que tange ao batismo cristão. O primeiro dirige-se ao “seculus”, aos filósofos; o segundo, aplica-se às massas judaicas pré-cristãs e com objetivos apenas preparatórios do advento do Messias, fato não dedutível, mas declarado pelo próprio Batista: “Arrependei-vos, porque está próximo o reino dos céus. Eu vos batizo com água, para arrependimento; mas aquele que vem depois de mim é mais poderoso do que eu, cujas sandálias não sou digno de levar. Ele vos batizará com o Espírito Santo e com fogo” (Mt 3.2,11). João pensa que o “batismo com água” não teria continuidade no ministério do Messias, que batizaria com “Espírito Santo e fogo”. Se ele foi imersionista, o que duvido, não queria seguidores imersionistas. E o Espírito Santo não é uma substância na qual se imerge o pecador. O batizador do Jordão reconheceu explicitamente o caráter transitório de seu batismo e deslocou, providencialmente, a ênfase da água para o Espírito, que Deus derramaria sobre sua Igreja. Ficar, pois, nas águas do Batista, muitas ou poucas, margeando o seu sacratíssimo riacho, no meio de sua multidão de batizados não arrependidos, dispersos, não agrupados eclesialmente no Corpo de Cristo, pois a comunidade da fé no Filho de Deus não existia, é estacionar antes da chegada, é ficar na prévia da cristandade, aceitar um batismo preparatório não ministrado em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, não introdutor na Igreja, posto que inexistente. O pretenso “mergulho” de João não se fazia em nome da Trindade e não iniciava o batizando na Igreja, ainda a ser criada. Portanto, não nos preocupam “as muitas águas” de João. Seu ministério cessou. Seguindo-se-lhe o de Cristo, definitivo e universal. O sacramentalismo geográfico, o exclusivismo racial, a indefinição de propósitos e transitoriedade ministerial presentes no ministério e batismo de João, são todos eliminados, peremptoriamente, no universalismo da mensagem e dos

sacramentos na ordem de Cristo: "Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo". Agora sim, temos o batismo cristão, inteiramente livre do de João no significado teológico, na abrangência da aplicação e no conteúdo eminentemente eclesiológico. Mesmo admitindo que João tenha batizado por imersão, o que é apenas uma hipótese com argumentos verossímeis, mas não concludentes, seu batismo não era cristão; logo, não servirá de modelo, quer na forma quer na doutrina, para o batismo aceito e aplicado pela Igreja. As "muitas águas" do batismo de João são, evidentemente, dispensadas no batismo cristão (Jo 3.22,23). O texto aludido é claro: Jesus batizava na Judeia (3.22) com seus discípulos sem qualquer nexos causal com a água das fontes naturais. João também batizava, o outro batismo, em Enom; mas aí o nexos causal é explícito: "Porque havia ali muitas águas" (Jo 3.23). A dispensa das "águas" do batismo cristão assume realce incontestável no batismo de Paulo, no dos três mil de Jerusalém, no de Cornélio, no do carcereiro de Filipos.

João cresceu muito ao se lhe atribuir a autoria da imersão; sua posição de "batista", isto é, batizador, foi posta em exagerado destaque, a ponto de se justificar o batismo cristão pelo que se deduz ser o seu. Sua advertência ainda hoje deve ecoar persistentemente nos ouvidos da Igreja: "Convém que Ele cresça e que eu diminua" (Jo.3.30). A presença do Jordão não sanciona e nem justifica a imersão, mas não se lhe nega a significação histórica: Foi através dele que os judeus atingiram a Terra da Promissão. Josué (seu nome é Jesus), transpondo-o, ingressou com seu povo em Canaã, onde tudo ficou sob o domínio e controle de Deus, onde a esperança, longa e sofridamente mantida na peregrinação pelo deserto, converteu-se em realidade. O Jordão, portanto, é a fronteira entre a instabilidade e vulnerabilidade do povo de Deus, peregrino em terras estranhas, e a Nação Santa estabelecida e estabilizada em seus próprios domínios. Algumas tribos não passaram o Jordão. Embora pertencentes a Israel, abdicaram-se do privilégio de habitar o espaço a elas reservado por Deus e, com sacrifício ingente, aguardado por todos. Agora é o Batista que surge, recapitulando os eventos do velho Israel às margens do importante rio, apenas grande historicamente, como "voz do que clama no deserto" para preparar o caminho do Senhor, e endireitar as veredas do Messias, o novo Josué, que estabeleceu, definitivamente, aqui na terra, o Reino de Deus. Além do Jordão restou um pretérito de sofrimento, de angústia, de dúvidas terríveis, mas, por outro lado, nas sendas imprevisíveis e informes dos ermos percorridos, o sofrido povo de Deus adquiriu

experiências valiosíssimas, vitalíssimas. Como símbolo de fronteira entre o "profano" e o "sagrado" o Jordão é muito importante, mas não como "locus clássicus" de imersão. A Igreja, como Israel esteve, está do lado de cá do Jordão. Do outro lado é o deserto, o clamor, a expectativa, a desolação, a incerteza. Aqui, o Messias, o Reino de Deus, a fé, a certeza, a vitória, a antecipação escatológica, a vigência do "tempo do fim", o ínterim entre a primeira e a segunda vindas. Os judeus adentraram a Terra da Promissão ao atravessarem o Jordão, ficando o referido rio como fronteira entre o "antes" no deserto e o "depois", na vida sedentária. Porém, a travessia, muito simbólica, não se deu por "mergulho" como já havia acontecido no Mar Vermelho. O Jordão não nos lega a ideia de "imersão" nem no evento da travessia nem no batismo de João. Aliás, Israel não tinha tradição imersionista, e uma das evidências de que João não imergia é que não houve nenhuma reação contrária ao seu batismo, uma inovação que não teria a aceitação geral. O batismo cristão é a fronteira entre o reino das trevas e o Reino de Deus, mas não se passa de um para outro, como não transpuseram o Mar Vermelho e o Jordão, por caminhada subaquática (Cfl Co 10.1 ss), via submersão.

j- Submersão e Sepultamento.

A ideia de sepultamento e ressurreição na suposta imersão joanina não é intrínseca nem logicamente dedutível pelas seguintes razões:

a- João foi um profeta engajado, e até radicalmente, na sistemática ritualística de seu povo. Se assim não fosse, teria sofrido oposição como inovador e, certamente, repudiado. Lembremos que era filho de sacerdote, ele mesmo herdeiro do "munus" sacerdotal.

b- Não se fazia, em Israel, por instituição divina, purificações em rios, mesmo sendo o Jordão. Os judeus, portanto, não aceitariam com neutralidade, como se fosse um patrimônio religioso seu, a dita imersão.

c- As purificações em Israel eram feitas por aspersão, no templo. O Salmo 51 registra: "Purifica-me com hissopo, e ficarei limpo; lava-me, e ficarei mais alvo que a neve" (Sl 51..7). A lavagem cerimonial (para isso havia talhas especiais, não tanques) não se fazia por representações literais; aplicava-se, simbolicamente, por aspersão. Ficava-se limpo, mais alvo que a neve, cerimonialmente. Não se purificava, pois, por mergulho, mas por aspersão (ver Nm 19.13,22). O ritualismo que João conhecia era o da aspersão. Não poderia ter sido precursor do Messias com inovações. Ele fez o que Elias tentou fazer, um retorno ao deserto, uma retomada das origens, uma recapitulação das tradições do Êxodo, do mosaísmo, onde as leis cerimoniais instituíram as purificações aspersionistas.

d- João batizou judeus em massa. Se houvesse mergulho, tipificando morte e ressurreição, ao Batista não iriam os saduceus, que não acreditavam em ressurreição (Mt 22.23; Lc 20.27; Mc 12.18). O Batista jamais explicou que seu batismo significava "sepultamento e ressurreição". Falha dele?

e- Nunca, em Israel, tomou-se "imersão" como símbolo de sepultamento. Sepultar em água é figura estranha a ambos os testamentos. E, se assim é, Cristo foi sepultado duas vezes e teve ressurreição dupla, uma no Jordão e outra no túmulo de Arimateia.

f- O Batismo de João cede lugar ao de Cristo, com Espírito Santo e com fogo (Mt 3.11). Mergulhar na água é racional, lógico; mas "mergulhar" no Espírito Santo é absurdo; ele não é corpo líquido ou fluido, nem fica à disposição do batizador para receber imersões. No batismo de Jesus o Espírito não estava na água e nem com ela se confundia, mas "desceu" do alto, em forma de pombo. Portanto, "batizar" no Espírito não pode significar, segundo o classicismo imersionista, "mergulhar" nele. Batizar é purificar cerimonialmente, conforme a conotação neotestamentária, e não "imergir". O Espírito "desceu" sobre Cristo como "desceu" também sobre a Igreja no Pentecostes".

g- Nascemos do alto, não emergimos da água ou do sepulcro. João 3.3 registra que aquele que não nascer "de cima", "do alto" (anothen) não pode ver o reino de Deus. Jesus falou a Nicodemos de "nascimento" da água e do Espírito, não de sepultamento e ressurreição.

h- Discípulos de João rebatizados. Paulo rebatizou os discípulos de João, usando o seguinte argumento: "João realizou batismo de arrependimento, dizendo ao povo que cresse naquele que vinha depois dele, a saber, em "Jesus". E eles, crendo em Jesus, receberam o batismo cristão longe do Jordão e sem as suas águas (At 19.1-7). Um batismo "rejeitado", por não ter o aval do Espírito Santo, não pode servir de parâmetro para a Igreja, e não significa, certamente, morte e ressurreição.

i- A manter-se o literalismo radical, o converso tem de ser "mergulhado" na água, no Espírito Santo e no fogo (Lc 3.16). No fogo! Alguém já o experimentou?

Conclusão: Se não há ordem explícita de imergir; se sua teologia fundamenta-se prioritariamente no grego clássico e no batismo de João, que desconhecia o classicismo helênico; se batizar passou a significar, na "koinê" neotestamentária, lavagem cerimonial, é melhor manter a tradição vetotestamentária e batizar por aspersão, a forma lógica e teologicamente dedutível.

07- Teologia do Batismo.

A teologia do batismo divide-se em três ramos importantíssimos: a- "Ex opere operato" do romanismo; b- "Fé pessoal" das Igrejas originárias do anabatismo; c- "Teologia do pacto" das Igrejas reformadas e calvinistas.

08- Batismologia do catolicismo.

Para o romanismo, o batismo tem, em si mesmo, virtudes regeneradoras, independentemente do oficiante. É a doutrina do "ex opere operato". O pecado original fica eliminado pelo rito batismal, o sacramento por excelência da salvação. Não há salvo sem batismo. Por causa desta doutrina, a Igreja Romana admite batismo sem água. Por exemplo: a- Os mártires, os que perdem a vida no exercício da "serviçalidade cristã", mesmo inconscientemente, são salvos pelo "batismo de sangue". b- Os que morrem com desejo de serem cristãos e que, durante a existência terrena, não obstacularam o ministério do Reino de Deus, não professaram heresias contra a fé; esses são salvos pelo "batismo de desejo", ainda que não tenham tomado consciência de tal desejo. c- **Purificação batismal.** O batismo, pela teologia romanista, lava o pecado original e os atuais. Sem ele ninguém entra no céu, nem as crianças. Estas, se morrerem pagãs, irão para o "limbus infantus", onde ficarão até serem retiradas de lá pelo "batismo de intenção", ministrado por um sacerdote (Ver Catecismo Católico, pág. 120. Ed Herder, SP).

Ritualismo batismal do catolicismo.

O ritual do sacramento do batismo é complexo e dividido em atos bem programados e executados pelo padre (pai) e o padrinho (paizinho):

Primeiro ato, na porta da Igreja:

- a- O padre pergunta o nome do batizando. -Padrinho: o nome será: -Padre: Que pedes à Igreja? -Padrinho: A fé. -Padre: E a fé, que te dará? -Padrinho: A vida eterna;
- b- Exorcismo. O padre sopra três vezes o rosto do batizando e diz: Retira-te Satanás; dá lugar ao Espírito Santo.
- c- O padre traça o Sinal da Cruz na fronte, no peito, nos olhos, no nariz, na boca e nas espáduas do batizando para que "todo corpo" seja compenetrado da luz da Santa Cruz. Seguem votos e orações (Nono Catecismo, pág, 283. Ed. Loyola, SA).
- d- O padre impõe a mão sobre o batizando para que a Igreja tome posse dele em nome de Jesus Cristo.

- e- Aplica-se sal bento na boca do batizando para livrá-lo da corrupção e sua vida cristã tenha sabor e venha ter sede da água batismal. Este sal tem nome de "Sal Sapientiae";
- f- O padre repete o exorcismo, ordenando a Satanás que não viole o selo batismal. O padre, ato contínuo, coloca a ponta da estola sacerdotal sobre o batizando; fá-lo entrar no templo, dizendo: "Entra no templo de Deus para que tenhas parte com Cristo para vida eterna".

Segundo ato, no batistério:

- a- Reza do Credo e do Pai Nosso.
- b- Novo Exorcismo para que Satanás abandone o batizando, para que ele se torne templo do Espírito Santo.
- c- O Padre toca os ouvidos, a boca e o nariz do batizando, pronunciando a palavra mágica, "Ephpheta" (abre-te), para que seus sentidos fiquem abertos a Jesus.
- d- **Renúncia a Satanás.** O padre: -Renuncias a Satanás? -Padrinho: -Renuncio. -Padre: Renuncias as suas obras? -Padrinho: Renuncio. -Padre: Renuncias todas as vaidades, obras malignas? -Padrinho: Renuncio.
- e- **Unção.** O Padre unge o batizando com óleo bento no peito e nas costas, fechando o seu corpo contra a possessão demoníaca.

Terceiro ato, junto ao batistério:

- a- Profissão de fé católica.
 - b- O padre coloca sua saliva nos ouvidos do batizando para que ele ouça somente a Igreja Católica.
 - c- O vigário derrama água três vezes sobre a cabeça do batizando, em forma de cruz, declarando-o batizado em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.
 - d- O vigário então unge o batizando com óleo bento no vértice da cabeça, para que ele seja um novo cristão, participante da realeza e do sacerdócio de Cristo.
 - e- O sacerdote entrega, pelas mãos do padrinho, ao batizando uma veste branca, dizendo: "Recebe a veste branca que hás de levar imaculada até o tribunal de Cristo, para teres a vida eterna".
 - f- Finalmente, o vigário entrega-lhe uma vela acesa e lhe diz: "Recebe a vela acesa e conserva irrepreensível o teu batismo, observa os mandamentos de Deus que, quando o Senhor vier para as núpcias, possas correr ao encontro dele e de todos os santos lá na corte celeste, e vivas para todo o sempre". (Ver Novo Catecismo, obra citada, a partir da pág. 283).
- Por esta encenação toda, verifica-se a preocupação com Satanás e a ênfase na Igreja como mediadora da salvação. É ela, inclusive, que concede ao batizando a veste imaculada com a qual o fiel, sob sua proteção, comparecerá perante o tribunal de Cristo para receber a vida eterna. A água batismal "consagrada" pelo sacerdote, adquire o poder regenerador. Um canto de consagração diz: "Queira, suplicamos, o Espírito Santo, pela efusão secreta de suas virtudes,

fecundar esta água, destinada a regenerar os homens, a fim de que, do seio puríssimo desta fonte divina, saia nova geração celeste, concebida por santificação, renascida numa criatura nova" (Novo Catecismo, Ed Loyola, e Cat. Católico, pág.117. Ed Herder).

Para o romanismo, o sangue de Cristo sem a água batismal é totalmente ineficaz para salvação do pecador.

Elementos estranhos ao Novo Testamento no batismo romano: Padrinho, sal, óleo bento, saliva do padre, água benta, vela e toque da estola sacerdotal de cor roxa. Por causa dessas inovações não o aceitamos como bíblico, o qual se realiza somente com água natural (não benta), em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

09- A Tese da fé pessoal.

A doutrina batismal da fé pessoal impressiona, principalmente os intelectualmente mais humildes, incapazes de mais acurada reflexão sobre assuntos teológicos, e os dogmatizados do imersionismo. A fé pessoal existe, não há como negá-la, mas como dom de Deus, não produto da racionalidade. Os que defendem a aplicação do batismo com base exclusiva na fé pessoal dos "responsáveis", embora ensinem a salvação pela graça, na verdade, praticam um racionalismo pragmático, que desmente o que ensinam. Ao sustentarem que o batismo só pode ser ministrado aos racionalmente responsáveis, objetivamente fazem a redenção depender da razão e estabelecem a premissa de que a fé surge com a maturidade psico-racional, sendo, neste caso, uma aquisição humana, não um dom de Deus, um carisma da graça. Sem o poder intelectual, o homem fica privado da fé e, em consequência, sem acesso à salvação, à vida eterna. Volta, no fundo, à famosa "gnose", sabedoria que permite ao ser pensante penetrar os segredos da divindade e iniciar-se nos "mistérios ocultos". Salvação, pois, depende dos pressupostos: Idade da razão, fé responsável, opção racional por Cristo. Os defensores da fé pessoal, instrumento da aceitação e da rejeição, resolvem problemas com afirmações e soluções contraditórias como esta do respeitável William Carey Taylor: "As crianças que morrem na infância irresponsável vão para o céu, em virtude da redenção efetuada por Jesus Cristo como nova cabeça da raça de Adão (Batismo Bíblico, Ed de 1967, CPB, pág.22). Ora, por que a redenção efetuada por Cristo como "nova cabeça da raça de Adão" salva a criança que morre "na idade irresponsável" e não opera, igualmente, em favor das que ficam vivas? Então a salvação "sem fé responsável" é possível? Taylor afirma que sim. Então o "princípio" fica quebrado, e a morte da criança, filha de imersionista, deve ser motivo de regozijo. Crescendo, sua fé pessoal pode levá-la para o inferno. Que tristeza! E os adultos débeis mentais, não são também "pessoas

irresponsáveis"? Por que o imersionista não as batiza? Uma doutrina que admite exceções deve ser revista, visto que uma declaração de fé para se manter carece da indispensável virtude da incontestabilidade.

a) O caso do parálítico de Cafarnaum.

Algumas pessoas levaram, pelas mãos de quatro homens, um parálítico a Jesus Cristo. Este, vendo-lhes a fé (a fé dos benfeitores), disse ao parálítico: "Filho, teus pecados estão perdoados". Jesus, pasmem os imersionistas da fé pessoal, "perdoou" os pecados de um adulto "irresponsável", não por sua declaração de fé própria, mas pela de terceiros. Aqui valeu a fé dos que eram responsáveis pelo parálítico, como vale a fé dos pais que levam o filho a Jesus Cristo (cf Mc 2. 1-13, com destaque do v 5).

b) Mais algumas questões.

A Bíblia afirma que a humanidade toda caiu (Rm 5.5,12). Pergunto: a- Toda, menos as crianças mortas antes da idade da responsabilidade? Toda a humanidade caiu em Adão ou cada um cai por si mesmo, ao se tornar adulto responsável? As crianças, antes de atingirem a idade da razão, não participam da humanidade caída? Ou o pecado não passa de geração em geração, como afirma o salmista (Sl 51.5)? A salvação é pela graça, mediante a fé; vem de Deus, não do homem, para que este não se vanglorie (Ver Ef2.5-8).

10- Batismo, Sacramento pactual.

Deus instituiu dois sacramentos, pelos quais os eventos centrais da fé de Israel seriam recapitulados: A **circuncisão**, marcando o pacto com Abraão, e a **páscoa**, assinalando o poderoso ato libertador do oprimido povo de Deus no Egito. Ambos são instituições divinas e sinais pactuais. As iniciativas pertencem a Deus exclusivamente. Ao homem cabe recebê-las, no contexto da comunidade pactual. A circuncisão é sinal da aliança com Deus, marca dos que pertenciam a Javé, sinal de ingresso na comunidade dos escolhidos. Há uma só "comunhão universal dos santos", incluindo a velha e a nova dispensação. Estabelecer descontinuidade entre Velho e Novo Testamento é romper o fio revelacional, é contrastar o Deus do Velho com o do Novo Testamento. A circuncisão e a páscoa, no Velho Testamento; como o batismo e a ceia, no Novo, são signos da aliança que Deus faz com o homem, não meios redentores. Sem aliança, a fé é simples crença. Com ela, a fé é dom de Deus, uma virtude teologal, que habilita o homem a ser possuído pelo Salvador, a ser posse do Suserano do pacto da graça, incluindo sua família e seus bens. O chamado de Abraão inclui todo o seu clã, seu patrimônio moral e físico, seus empregados e escravos, tudo é envolvido e integrado pelo poder aglutinador da vocação de Deus. Abraão foi o escolhido de Javé; e à escolha, respondeu pela fé, para originar, formar e estruturar seu povo, sua Igreja. Ele se tomou o autor de nossa fé; e passou a ser

designado o Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó; Deus do "pai" e de seus descendentes", segundo a promessa.

a) Termos da Aliança.

Os termos da aliança são claríssimos, inconfundíveis. Ei-los: "Estabelecerei a minha aliança entre mim e ti e a tua descendência no decurso das suas gerações, aliança perpétua, para ser o teu Deus, e da tua descendência". "Disse mais Deus a Abraão: Guardarás a minha aliança, tu e a tua descendência no decurso das suas gerações. Esta é minha aliança, que guardareis entre mim e vós, e a tua descendência: Todo macho entre vós será circuncidado. Circuncidareis a carne do vosso prepúcio; será isso por "sinal de aliança" entre mim e vós. O que tem oito dias será circuncidado entre vós, todo macho nas vossas gerações, tanto o escravo nascido em casa, como o comprado a qualquer estrangeiro, que não for da tua estirpe. Com efeito, será circuncidado o nascido em tua casa, e o comprado por teu dinheiro; a minha aliança estará na vossa carne e será aliança perpétua. O incircunciso que não for circuncidado na carne do prepúcio, essa vida será eliminada do seu povo; quebrou a minha aliança" (Gn 17.7,9-14). Tinha Abraão noventa e nove anos de idade, quando foi circuncidado (Gn 17.24). Observemos o seguinte: a- É um pacto universal, pois Deus pretende, com ele, atingir todas as nações (Gn 17.6,7); b- É um pacto da graça. Não se fundamenta nos méritos de Abraão, em suas boas obras e virtudes; baseia-se no amor, nos soberanos propósitos de Deus; c- Tem um sinal visível, um selo, a circuncisão. Tal sinal não inclui o circunciso numa nação, que ainda não existia; assinala, indiscutivelmente, sua aliança com Deus: "Será isto por "sinal de aliança" entre mim e vós" (Gn 17.11b). A circuncisão, por ordenação divina, é o sinal da aliança entre Deus e o homem, não, como querem os imersionistas, um pacto entre o cidadão e a pátria. Que pátria? Muito depois, já nos tempos mosaicos, dos juizes e dos reis, povo da aliança, dos circuncisos, é que os judeus organizaram-se nação. Várias vezes perdeu sua soberania, mas o seu sinal pactual, a circuncisão, pois não se relacionava, obrigatoriamente, com a cidadania, mas com Deus, a outra parte pactuada. Quem chama a circuncisão de rito carnal, nacional, desobedece as Escrituras e desrespeita os termos pactuais, saídos dos lábios de Deus.

b) Isaque, Filho da Promessa.

Deus prometeu, com aliança selada pela circuncisão, que seria o Deus de Abraão e de sua descendência, começada com Isaque, o filho da promessa. Esta é uma aliança indubitavelmente espiritual. Porém, Deus fez com o mesmo patriarca uma aliança sem cunho espiritual. Foi com Ismael, filho da estrangeira egípcia, a

quem Deus prometeu bênçãos materiais, sociais e políticas. Eis o texto: “Disse Abraão a Deus: Oxalá viva Ismael diante de ti. Deus lhe respondeu: De fato Sara, tua mulher, te dará um filho e lhe chamará Isaque: Estabelecerei com ele a minha aliança, aliança perpétua para a sua descendência. Quanto a Ismael, eu te ouvi. Abençoa-lo-ei, fá-lo-ei fecundo e o multiplicarei extraordinariamente; gerará doze príncipes, e dele farei uma grande nação. A minha "aliança", porém, estabelecê-la-ei com Isaque, o qual Sara te dará à luz, neste mesmo tempo, daqui a um ano" (Gn 17.18-21). São dois pactos diferentes, um "carnal" (usando o jargão imersionista), feito com Ismael, e outro "espiritual", estabelecido com Isaque. A diferença salta aos olhos sem preconceções. Assim como a circuncisão, na antiga dispensação, era o sinal visível do pacto com Deus, igualmente o batismo o é na Igreja de Cristo. Não há descontinuidade entre o povo de Deus, originário do pacto com Abraão, e a Igreja, gerada por Jesus Cristo; pois, a salvação vem dos judeus (Jo 4.22). Paulo demonstra, cuidadosamente, contra os judaizantes, que o método pelo qual Abraão obteve a salvação é o tipo, o modelo, de como os crentes do Novo Testamento devem crer, sejam judeus ou gentios (Rm4.9-25; Gl3.7-9, 17,18). Abraão é o pai dos crentes. Alei não alterou nem anulou o pacto da graça (Hb 6.13-18)" (Marcel, Pierre Ch, em "El Bautismo, Sacramento del pacto de Gracie, pág. 28". A fé-esperança de Abraão, nosso ancestral-fidei, cumpriu-se, consumou-se, em Jesus Cristo, sem solução de continuidade, pelo qual também atingiu os gentios (Gl3.3, 14,16). A fé, fundamento do pacto abrahâmico, não qualquer lei, torna-se central para salvação em Cristo Jesus. Os da fé, portanto, é que "são filhos de Abraão (Gl 3.7), abençoados com ele (Gl 3.9)".

c) Sara e Hagar.

Paulo, numa felicíssima alegoria, explicita com diamantina clareza que a escrava, mãe de Ismael, tipifica um pacto carnal, a Jerusalém corrompida. Sara, a esposa legítima, mãe de Isaque, prefigura a aliança espiritual, o novo Israel, a Igreja. O liame entre circuncisão e batismo, pois, é indissolúvel. Um é protótipo do outro, e ambos são signos pactuais da graça.

d) Substituição, não eliminação.

Os sinais pactuais vetotestamentários não foram suprimidos, mas substituídos: A Páscoa, pela Ceia do Senhor; a Circuncisão, pelo batismo, ambos como selos da aliança antes e depois (Rm 6.11; I Co 5.7; Cl2.11, 12). As condições de salvação simbolizadas e realizadas são idênticas (Gn 15.6; At 15.8-11; Rm4.11; Gl3.6, 7; Hb 11.8,9). As promessas, que os crentes esperam que sejam cumpridas, são as mesmas (Gn 15.6; Sl 51.12; Mt 13.17; Jo 8.56; At

26.5-7; Gl3.14). Abraão não foi salvo pela lei, que não existia, nem pelos sacrifícios, mas pela fé, base do pacto da graça de que a circuncisão é selo (Gn 15.6). Um texto elucidativo: "A fé foi imputada a Abraão para justiça. Como, pois, lhe foi atribuída? Estando ele já circuncidado ou ainda incircunciso? Não no regime da circuncisão, e, sim, quando incircunciso: "E RECEBEU O SINAL DA CIRCUNCISÃO COMO SELO DA JUSTIÇA DA FÉ QUE TEVE QUANDO AINDA INCIRCUNCISO; PARA VIR A SER O PAI DE TODOS OS QUE CRÊEM" (Rm 4.9b-11a Cf Gl 3.6-8).

e) Circuncisão e batismo.

Abraão, ao pactuar com Deus, demonstra uma fé responsável, visto ser adulto. Sua resposta ao interlocutor divino envolveu seu complexo mental, racional, cognitivo e volitivo. Mas o "selo" do pacto, firmado sob a declaração de sua "fé racional", foi a circuncisão (Gn 17. 13b), perpetuada nos seus descendentes pré e pós-mosaicos (Leia, por favor, Gl 3.17, 18). Quem é de Cristo, conclui Paulo, é descendente de Abraão segundo a promessa (Gl3.29 cf3.14). O pacto da graça, firmado em Abraão, foi selado com a circuncisão. Sendo Cristo o continuador da promessa, o realizador pleno do pacto, e considerando que o batismo é o selo, o sinal visível da aliança com Cristo, não há conclusão possível, senão a de que o batismo cristão substitui a circuncisão no propósito, no conteúdo, no significado. Com Isaí, os cristãos são filhos de Abraão (Gn 14.28), sendo ele nosso pai na fé (Gn 4.11,12). Trocou-se o selo, o sinal visível do pacto, mas não se trocou a aliança. Tanto quanto o batismo, a circuncisão é uma ordenança de natureza espiritual, uma preordenação do evangelho, segundo Paulo (Gl3.8). Tanto assim, que Cristo, conforme a interpretação paulina, é "ministro da circuncisão" e confirmador das promessas aos pais (Rm 15.8). Há, pois, uma só promessa, feita a Abraão e realizada em Cristo, com dois símbolos, um prototípico, outro realizado: a circuncisão e o batismo.

f) Cristocentrismo da aliança.

A Igreja só existe em Cristo. O velho e o novo povo de Deus formam uma unidade cristocêntrica; pois ninguém, em um e outro, salvou-se e se salva a não ser por Jesus Cristo. O mesmo Deus que instituiu a circuncisão como sinal e selo da promessa, mediante a declaração de fé do pai Abraão, também ordenou o batismo para assinalar os que recebem Jesus Cristo como Salvador, o Messias da esperança, segundo a mesma promessa. Que Israel e a Igreja, ambos, são eleitos em e por Jesus Cristo, comprovam-no, indiscutivelmente, o Novo Testamento. Paulo diz: "Todos eles comeram de um só manjar espiritual, e beberam da mesma fonte espiritual; porque bebiam de uma pedra espiritual que os seguia. E

a pedra era Cristo" (I Co 10.3,4). Cristo, eleito, procede do povo eleito, dos circuncisos de Israel, ele mesmo um circunciso. A Igreja assumiu a herança de Israel como herdeira da promessa realizada no Messias: "São israelitas. Pertencem-lhes a adoção e também a glória, as alianças, a legislação, o culto e as promessas; deles são os patriarcas e também deles descende o Cristo, segundo a carne, o qual é sobre todos, Deus bendito para todo o sempre. Amém" (Rm 9.4,5). Paulo afirma que os gentios foram enxertados no tronco judaico da promessa (Rm 11.16ss), assumindo o batismo toda simbologia da circuncisão e universalizando-a (Cl 2.11,12). Os circuncisos, na velha dispensação, como os batizados na nova, não foram e não são salvos pelo signo em si mesmo, pelo rito sacramental, que não opera a regeneração. Os sacramentos ou ordenanças, são símbolos e sinais da regeneração, da recepção do pacto, da aceitação de Jesus Cristo como Senhor de um povo, de uma nação, de uma família. Nem todos os batizados, como nem todos os circuncisos anteriormente, são salvos, mas todos que viveram na família pactual de Israel receberam o sinal do pacto, como todos os que vivem na família cristã trazem o signo batismal, que não lhes dá o direito, "ipso facto", à salvação. Havia circuncisos não redimidos lá como há batizados não regenerados aqui, mas nem por isso Israel deixou de ser o "povo de Deus", e a Igreja deixa de ser a família de Cristo. Sobre irregenerados adultos, que receberam o batismo com base em uma "fé responsável", leia os seguintes textos: II Co 11.4,5; Gl 2.6; At 5.1-6; I Co 5.1-11 (caso do incestuoso); II Tm 2.16-18; III Jo 9-11; I Tm 4.2; n Pe 2; Rm 16.17-20; II Tm 3.1-9 etc.

Conclusão. A circuncisão incluía o circunciso no povo eleito, mas não lhe garantia a salvação. O Batismo é o ritual de ingresso na Igreja visível de Cristo, mas não necessariamente na Igreja invisível. Todos os salvos, em tese, são batizados, mas nem todos os batizados são salvos. Há, na Igreja, bodes e joios batizados.

g) O Pacto e seus Símbolos na nossa Teologia.

Calvino entendia que: até que Cristo se encarnasse, todos os símbolos vetotestamentários prefiguravam-no, e sua presença se revelava interiormente nos fiéis (Institutas, Livro IV, xiv, 25). Ele sustenta, por outro lado, que o batismo é o sinal do pacto com Abraão, na presente dispensação, como substituto da circuncisão (Institutas, Livro IV, xvi, 6-CEP). Ambos os ritos, um em promessa e outro em concretização, fundamentam-se em Jesus Cristo (Institutas, IV, xiv, 16). A Confissão de Fé de Westminster, interpretando Calvino, segue a mesma linha (Vejam capítulo VII, 5, 6). Também o Catecismo Maior mostra a revalidação dos símbolos pactuais do Velho Testamento pelo Novo tanto na ministração dos

sacramentos como na pregação da Palavra (C. Maior, respostas às perguntas 34 e 35 (consultem os documentos citados). O batismo baseia-se no pacto da graça, prefigurado no Velho Testamento e realizado no Novo por meio de Cristo Jesus, e não na "fé pessoal", fruto da racionalidade humana. O homem não requereu e nem requer o pacto; é dádiva de Deus por seu beneplácito e soberania. Deus não diz que o homem tem de "amadurecer" para crer, e, crendo, ser salvo. A graça redentora nos regenerou, quando estávamos mortos em nossos delitos e pecados. E um morto não tem vontade própria, não possui direito de opção, não pode exercitar a "fé racional". Somente depois que Deus opera, o homem coopera, mas emulado pela graça nele implantada. A cooperação somente acontece depois e em consequência da redenção.

11- BATISMO DE CRIANÇA

a) Sola Fide e Sola Gratia

A tese reformada da "sola fide" tem sido interpretada como: "Salvação somente pela fé racional e pessoal". A obra redentora de Cristo, para ser eficaz, tem de se submeter à decisão humana. É o homem, em última instância, que possui a palavra final. E mais, ao contrário do que acontecia no velho Israel, ele não responde por sua família, pelos filhos, que possui, alimenta, educa e encaminha. A unidade social, "pai-mãe-filho" é quebrada, concernentemente à inclusão no pacto e às relações com a Igreja de Cristo, embora se mantenha em tudo mais. Neste tipo de defesa, omite-se, e até se contesta, a importância da doutrina do pacto da graça, resultado imediato da eleição, e também se esquece de que a inclusão na Igreja pelo batismo não significa inclusão no céu. Todos os batizados são membros da Igreja visível, institucional, mas nem todos estão salvos, assim como em Israel em que todos circuncisos eram israelitas incluídos no pacto, porém, muitos, apesar de gozarem os privilégios da aliança, não se contaram no número dos salvos. Os que negam o batismo de criança, negam-no exatamente por negarem a doutrina do pacto da graça e por suporem que o batismo só se aplica sobre os "salvos", ou que, em si mesmo, tem poder regenerador (doutrina do "ex opere operato"). Muitos israelitas perderam-se; não poucos batizados "responsáveis" perdem-se. Conheço pessoas batizadas na infância que, ao atingirem a idade adulta, renegaram a fé de seus pais, embora sejam lamentáveis exceções. Por outro lado, há muitos adultos, batizados sob confissão de "fé consciente", que se tomaram apóstatas "conscientes". Isso, tanto nas comunidades pedobatistas como nas antipedobatistas, tem acontecido. Estiveram na Igreja, o

povo pactuado, participaram de suas bênçãos, mas não estavam salvos, mesmo sendo batizados (aspersidos ou imergidos). Este estado de coisas que a Igreja experimenta, por ter em sua seara trigo e joio, está refletido em Hb 6.4-6 e I Jo 2.18b,19. São pessoas que fizeram parte da Igreja militante, nela penetraram pelas portas do batismo, renegando-a depois. E muitos se fizeram seus inimigos, anticristos terríveis. O batismo não garante a perseverança, pois não garante a salvação, e nem promove a regeneração. O batismo, como a circuncisão fazia, estabelece o ingresso na comunidade pactual histórica de adultos, pela confissão de fé evangélica, e de seus filhos menores, em consequência do pacto de seus pais com o Salvador. Os pais não somente são "responsáveis" por si mesmos, mas também pelos seus filhos diante de Deus. Quando os pais são de Deus, seus filhos também o são e a ele devem ser consagrados.

b) Rejeição do pacto abraâmico.

Os antipedobatistas rejeitam a doutrina do pacto da graça, feito por Deus com Abraão e sua descendência, consumado em Jesus Cristo, não distinguindo filhos de pais crentes, cordeirinhos da promessa, de descendentes de incrédulos, nascidos fora da Igreja. O professor Taylor, ardoroso antipedobatista, assim se pronuncia: "Não há, absolutamente, diferença religiosa inerente, de espécie alguma, entre filhos de crentes e os filhos de incrédulos. Os filhos de crentes têm a mesmíssima natureza que os filhos de incrédulos. A seiva da graça não vitaliza os rebentos da carne. Nem a circuncisão nem o batismo jamais incorporaram no Israel de Deus gente não regenerada. Salvação não é patrimônio adquirido por hereditariedade. O batismo não é para os que, "pela natureza, são filhos da ira". E mais: "O batismo infantil incorpora na cristandade, por direito da carne, os filhos do Diabo" (Batismo Bíblico, 2ª Ed. CPB, 1967, págs. 81,83). Como prova bíblica o autor cita Jo 8.44. Ele olvida completamente a doutrina do pacto e, por isso, fala de "diferença religiosa inerente" e de "mesmíssima natureza", ao referir-se às crianças de modo geral. O mesmo se aplica a adultos crédulos e incrédulos: Têm a mesmíssima natureza e não possuem diferença religiosa inerente. A regeneração é mudança de mente, de comportamento, de rumo, de princípios éticos e morais, incluindo uma nova natureza na nova criatura pela reconciliação com Deus mediante Jesus Cristo e pela habitação, no regenerado, do Espírito Santo; nunca, porém, por mudanças de natureza física, força ativa, que estabelece e conserva tudo que existe na ordem natural. O convertido e o não convertido estão sujeitos às mesmas leis da natureza, pois ambos são parte dela. Quando se fala de "homem natural" e "homem espiritual" tem-se em mente o apego à matéria e aos prazeres sensuais do primeiro e a sublimação moral

e espiritual do segundo. Não se lhes negam limitações e fraquezas "inerentes" à natureza de ambos. Somos todos integrados no mesmo universo, participamos dos mesmos problemas biofísicos, psíquicos e históricos. Da humanidade igualada pela natureza, Deus escolheu Israel. E esta escolha foi mantida ao longo dos séculos, apesar das apostasias nos descendentes de Abraão e não nos filhos dos gentios. "Filhos da ira", segundo Paulo, em se tratando dos judeus, decorre da rejeição do pacto, o que os iguala aos gentios (os demais). Todos nós, em decorrência da queda, somos filhos da ira, generalizando o conceito. Tornamo-nos "filhos da graça" pela misericórdia de Deus, pelo dom da fé, que não vem de nós para que não nos gloriemos. A graça, que elegeu Abraão, adulto, elegeu Isaque, uma criança, repetida em Jacó, menor inconsciente. As genealogias comprovam a manutenção da promessa de geração em geração até o advento de Cristo. É fato inegável que o pacto é preservado e continuado até Jesus Cristo, não por filhos de pagãos, dos gentios desvinculados do povo da promessa, mas pelos rebentos de Israel, os descendentes dos eleitos. Por que Deus preserva "eleitos" de entre os "escolhidos" de seu povo de propriedade exclusiva, não sabemos. Em Israel encontramos os "eleitos" como na Igreja estão os "salvos". Havia perdidos na antiga dispensação; há perdidos dentro da Igreja.

Os antipedobatistas, por desprezarem a doutrina do pacto, dicotomizam as Escrituras, estabelecendo contraste e contradição entre lei e graça, entre o Velho e o Novo Testamento, afirmando ser Israel um povo puramente carnal, sendo a circuncisão apenas um sinal de nacionalidade. Separam a nação, instituição política, do povo de Deus, esquecendo-se de que Deus organizou Israel em nação com terra santa, rei ungido, instituições santas inseparáveis do templo, do culto, do sistema sacerdotal. Era um povo eclesiástico de governo eclesiástico, em que adultos e crianças compunham, sem qualquer discriminação, a totalidade da nação eleita, composta de eleitos. Os filhos do Diabo, segundo João 8.44, não o são por nascimento, mas por fazer-lhe a vontade, por atos e pensamentos responsáveis próprios de adultos. As crianças, ao contrário do que verbera o Dr. Taylor em seu livro, "Batismo Bíblico" pág. 83, foram convidadas por Jesus Cristo para estarem juntas a ele com a profundíssima declaração: "Delas é o reino dos céus". Filhos do Diabo têm direito ao reino dos céus? Não, contundentemente, não.

c) O pacto universal em Cristo.

Deus, em Jesus Cristo, firmou um pacto com o homem, agora sem restrição racial. A Igreja judaica cedeu lugar à universal, herdeira da anterior, mas a ela superior, posto que definitiva,

firmada no Cordeiro eterno. No antigo concerto, a fé dos pais, pela qual recebiam e acatavam o pacto, responsabilizava-os pela inclusão dos filhos, o que se fazia pelo rito da circuncisão. Na Igreja, de igual modo, a aliança com o Filho de Deus é mediante a fé, que, uma vez firmada, envolve a casa toda. A família inteira, pelo pacto do chefe do lar, toma-se pactuada com Deus. No Velho Testamento Josué podia dizer: "Se, porém, vos parece mal servir ao Senhor, escolhei hoje a quem sirvais: se aos deuses a quem serviram vossos pais, que estavam dalém do Eufrates, ou aos deuses dos amorreus, em cuja terra habitais. Eu e a minha casa serviremos ao Senhor" (Js 24.15). No Novo Testamento, a mesma doutrina do pacto abrangente se estabelece, quando Paulo diz ao carcereiro de Filipos: "Crê no Senhor Jesus, e serás salvo, tu e a tua casa" (At 16.31). Ele creu e, efetivamente, todos os seus domésticos batizaram-se, isto é, pela sua fé, conforme o apóstolo lhe anunciara, sua família foi incluída no pacto da graça sem qualquer declaração explícita de fé pessoal de cada um (At 16.33). cremos na salvação exclusivamente pela obra vicária de Cristo Jesus, que viabiliza o pacto de Deus com os homens. A criança, pois, é salva por Cristo como único fiador da aliança e único mediador entre Deus e os homens. E o "homem" começa sua existência histórica no nascimento, não a partir do discernimento. Voltemos às afirmações do pastor Taylor: "As crianças que morrem na infância irresponsável vão para o céu, em virtude da redenção efetuada por Jesus Cristo como nova cabeça da raça de Adão". "Agora, esta salvação de crianças que morrem, salvação "por graça especial", salvação por ato soberano, nada tem com o estado da criança viva". Em outro passo o mesmo autor declara: "E se morrem antes de serem responsáveis, é claro, como mostraremos adiante, que Deus os salvará no céu, sem necessidade alguma de batismo infantil, pois o Justo não irá responsabilizar um irresponsável ou condenar uma alma que nunca pecou" (Batismo Bíblico, 2ª Ed, 1967, págs. 22 e 77). Esta salvação "especial", que desconhece a aliança de Deus com os homens mediante Jesus Cristo e que estabelece um critério regenerador, redentor, à margem do sacrifício vicário do Cordeiro, vale para todas as crianças mortas antes de atingirem a idade da razão, visto não haver a menor diferença, segundo o autor, entre o filho do mundano, do incrédulo, e os cordeirinhos da promessa gerados de pais crentes, templos do Espírito Santo, compromissados com Deus por força de testemunho pactual. Além do mais, "salvação no céu" de crianças mortas e "perdição na terra" das vivas é doutrina retirada da "imaginação" preconcebida, não das Escrituras. Afirmamos uma só salvação em Jesus Cristo, porque ninguém vai ao Pai senão por Ele.

Esta outra salvação, a de crianças mortas na faixa etária da irresponsabilidade, retira os infantes da ação libertadora de Jesus Cristo mediante seu sacrifício vicário, e faz diferença entre crianças mortas e vivas, privilegiando as primeiras. Lembremos que Jesus, a respeito das crianças declarou: "Deixai vir a mim os pequeninos, não os embarceis, porque dos tais é o reino de Deus" (Mt 10.14). Não se diz, em lugar algum das Escrituras, que uma criança, filha de pais ateus, já estava cheia do Espírito Santo no ventre materno. Isto, entretanto, é afirmado de João Batista (Lc 1.15). Segundo o salmista (Sl 127.3), os filhos são heranças do Senhor. Equiparar, pois, os filhos da promessa com os dos mundanos e inimigos de Deus, da fé e do Evangelho, sem nenhuma razão lógica, teológica e histórica, é negar o fato realíssimo da existência de um povo de Deus, Israel e Igreja, constituído não por escolha ou opção racional de indivíduos, mas eleição divina; povo de pais, filhos, mulheres grávidas, recém-nascidos, crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos. Criancinhas "irresponsáveis" foram "retiradas" do Egito por seus pais, tornaram-se adultas no deserto, e a maioria delas pereceu na peregrinação do Êxodo, que não "escolheram", mas Deus escolheu para elas na pessoa de seus genitores.

d) Jesus diz que as crianças estão salvas.

"Traziam-lhe também as crianças, para que as tocassem; e os discípulos, vendo, os repreendiam. Jesus, porém, chamando-as para junto de si, ordenou: Deixai vir a mim os pequeninos e não os embarceis, porque dos tais é o reino de Deus. Em verdade vos digo: Quem não receber o reino de Deus como uma criança, de maneira alguma entrará nele" (Lc 18.15-17 cf Mt 19.13-15; Mc 10.13-16). Os antipedobatistas argumentam: Jesus não batizou essas crianças; eram, por certo, meninos responsáveis, capazes de crer, pois inúmeros antipedobatistas foram batizados em tenra idade; o batismo não é para os que "pela natureza são filhos da ira". Os termos usados não favorecem a tese pedobatista.

Respostas: a- Jesus não tinha o batismo como fundamento de seu ministério; não era batizador como João, o batista (Jo 4.2). A ordem de batizar, como meio de ingresso na Igreja, é posterior, e foi dada pelo Cristo ressurreto (Mt 28.19, 20), ordenança que se fundamenta na "autoridade" do Salvador exaltado (Mt 28.18) e que prevê batismo como forma de "fazer discípulos" para serem, depois, "ensinados". Primeiro, a graça; depois, a razão. E aqui há mais lugar para crianças alunas, que para adultos, embora ambos se incluam sem qualquer restrição; isto é, não se especifica: "Fazei discípulos adultos e responsáveis". As crianças levadas a Jesus Cristo eram judias, circuncisas, filhas da promessa, não gentias. Porém, a Igreja primitiva, segundo Joaquim Jeremias, batizava

prosélitos adultos e também seus filhos menores, procedentes do judaísmo. E afirma que esse fato é historicamente inegável (J.Jeremias apud Ch Marcel, in "El Bautismo, Sacramento del Pacto de Gracia", 1968, pág. 20). Em suma: Jesus não era batizador; chamou a si filhos de seu povo, o do pacto; a Igreja, que deveria receber os batizados, ainda não estava organizada; sua ordem de batizar, pelo texto, não exclui as crianças.

b- Os aludidos meninos não eram crianças responsáveis, como pretendem os antipedobatistas, pois não foram a Jesus por decisão pessoal, mas levados por seus pais ou responsáveis. E mais: Os discípulos não repreenderam crianças, mas a seus pais ou tutores, provocando a indignação do divino Mestre. Os sinóticos são unânimes no uso do verbo trazer, mostrando o aspecto passivo de quem se deixava conduzir aos pés do Salvador, sem nenhuma volição espontânea, sem qualquer sinal de decisão pessoal. E Marcos reforça a idéia de que se tratava de crianças pequenas, acrescentando: "Então, tomando-as nos braços e impondo-lhes as mãos, as abençoava" (Mc 10. 16). Imposição de mãos significa comunicação de bênçãos. Sendo várias e grandes, como entendem os antipedobatistas, Jesus poderia pegá-las, a todas, nos seus braços? O verbo usado, traduzido por "trazer", é "prosféroo" que, frequentemente, significa doar, ofertar, oferecer em sacrifício. Com estes significados encontramos em Mt 2.11;5.23; Lc 5.14; Mc 1.44; Hb 5.7/9.25,28; 11.17. Nessa linha de sentido terminológico, podemos concluir, sem violentar a hermenêutica textual, que os pais ofereceram seus filhos a Jesus Cristo como uma forma de submetê-los à sua vontade e governo; gesto semelhante ao de Abraão, que a Javé ofertou o seu filho Isaque. E o Salvador os recebeu, dizendo aos seus genitores que o reino dos céus é das crianças, não por hereditariedade, por inocência, por impecabilidade, mas, certamente, em virtude do pacto, exatamente como havia acontecido com o descendente do pai da fé. Nossos filhinhos continuam sendo introduzidos no reino dos céus, a Igreja, que é deles, não em decorrência de decisão pessoal nossa, mas em acatamento ao imperativo de Jesus: DEIXA! vir a mim os pequeninos".

e) Crianças responsáveis foram a Jesus.

Os antipedobatistas insistem na tese de que Jesus dirigiu-se a crianças responsáveis em idade própria ao exercício da fé pessoal. Apela, em busca de argumentos convincentes, aos significados terminológicos, que, na verdade, não os favorecem. No texto de Lucas aparecem duas palavras para criança: "Paidion", diminutivo de "país", e significa "criança", criancinha, bebê ou recém-nascido, como em Mt 2.8, referindo-se a Jesus recém-nascido. Pode referir-

se também, é claro, a crianças de modo geral sem lhes especificar a idade (Ver Mt 14.21). Este termo era também usado para tratamento carinhoso, eufemístico. Em I João 2.18 ocorre, denotando afetividade, e é traduzido por "filhinhos". O que fica estabelecido, no entanto, é que jamais o termo "paidíon" refere-se exclusivamente a crianças na faixa etária da razão, capazes de exercerem fé responsável. O seu universo significativo vai do recém-nascido ao limite final da infância. cremos que as crianças trazidas a Jesus Cristo possuíam idades diversas, mas todas submissas aos pais. O outro termo usado por Lucas é "bréfe", acusativo plural de "bréfes". O nominativo plural possui a mesma forma gráfica, "bréfe", crianças. Este vocábulo é menos geral que "paidíon"; restringe-se a crianças, especificamente, da vida intra-uterina até a idade de aprendizagem ou fim da infância, começo da razão. Em Lc 1.41 temos: "Ouvindo esta a saudação de Maria, a criança (to bréfes) lhe estremeceu no ventre; então Isabel ficou possuída do Espírito Santo". Aqui, um infante, ainda no estado fetal, é chamado de "bréfes", vocábulo repetido no versículo 44. Alude-se também a recém-nascidos: "Encontrareis uma criança (bréfes) envolta em faixas e deitada numa manjedoura" (Lc 2.12b cf Lc 2.16). Outro texto significativo: "Desejai ardentemente, como crianças recém-nascidas (bréfe) o genuíno leite espiritual ... " (I Pe 2.2a). Veja também em Atos 7.19 o mesmo termo referindo-se a crianças rejeitadas no Egito, no tempo da escravidão judaica sob o poder faraônico. Em II Tm 3. 15, temos a expressão: "Desde a infância (bréfous) sabes as sagradas letras". Evidentemente, o autor quis recuar o máximo possível ao início da aprendizagem; e só poderia fazê-lo, usando "bréfes" e não "paidíon". E sabemos que os israelitas ensinavam seus filhos a decorarem trechos da Torah numa infância ainda muito precoce, bem antes de atingirem a idade da razão. Não se pode concluir que uma criança, que já tenha alcançado a idade do aprendizado esteja, obviamente, habilitada a crer racionalmente e, em consequência, receber o batismo e ser salva, conforme a pretensão antipedobatista.

Conclusão. As crianças levadas a Jesus eram pequenas, submissas aos pais, filhas da promessa, herdeiras do reino de Deus. Tinham, portanto, legítimo direito ao batismo, sinal visível da graça invisível que possuíam, o ritual de ingresso na Igreja, reino de Cristo na terra, o qual Jesus declarou ser delas.

f) Criança, modelo para adultos.

Nos textos mencionados de Lucas e Marcos encontramos a frase: "Quem não receber o reino de Deus como uma criança (recebe), de maneira alguma entrará nele". "Como" é a correta tradução do advérbio "ws", usado nos aludidos tópicos. Embora a

palavra para "criança" seja "paidíon", esta relaciona-se, indubitavelmente, com "bréfos" que lhe é antecedente e lhe estabelece a compreensão contextual em Lucas. Crianças dependentes, não temos dúvida, estavam diante de Jesus Cristo e motivaram sua declaração. Tais crianças "recebem" o reino de Deus não por via racional, mas por dádiva do Pai celeste. Do mesmo modo, conclui Jesus, o adulto que, valendo-se de sua maturidade, quiser "receber" o reino de Deus como uma "conquista sua", nele não entrará. Então, perante a graça, o adulto se iguala à criança, isto é, totalmente inábil para receber o reino e Deus. Logo, o batismo de criança é o exemplo máximo da graça, e deve servir de modelo ao adulto. Quando batizo uma criança, filha de eleitos, firmado nas declarações de Cristo, tenho "certeza" que batizo quem possui de fato o "reino temporal de Deus". Se, porventura, não for eleita, embora sendo filha de crentes, o batismo lhe será, apenas, um sinal da graça visível. O mesmo explicitamento não se verifica em um adulto, cujo estado não se revela claramente diante do batizador. A relação dos filhos da promessa, nossos filhinhos, com Deus não se paraleliza com nossas relações com ele. João, o batista, já estava cheio do Espírito Santo desde o ventre materno (Lc 1.15), e o Salmo 8 diz: "Da boca de pequeninos e crianças de peito suscitaste força, por causa dos teus adversários, para fazeres emudecer o inimigo e o vingador" (Sl 8.2). Jesus cita este texto assim: "Da boca de pequeninos e crianças de peito tiraste perfeito louvor" (Mt 21.16). O Salvador fez esta citação, porque os sacerdotes e os escribas escandalizavam-se ao contemplarem "meninos" clamando: "Hosana ao Filho de Davi" (Mt 21.15). É uma declaração messiânica profunda, profética, que "irresponsáveis" fizeram, e que os "intelectuais" sacerdotes não foram capazes de fazer. E Cristo vai mais longe: Afirma que das crianças, que ainda se amamentam, Deus retira o "perfeito louvor". Ousariam os antipedobatistas contestarem o Mestre? Dizerem a ele que isso é "racionalmente" impossível? Que crianças "irresponsáveis" não podem ser receptáculos da graça?

g) Jesus impõe as mãos sobre as crianças (Mc 10.16).

"No Velho Testamento, a imposição das mãos é, primordialmente, um gesto ritual pelo qual um homem transmite a outro o seu caráter" (Lv 1.3,4; Ex 29.10). Sumariando o senso da mensagem cristã, o autor da epístola aos Hebreus justapõe batismo e imposição de mãos (Hb 6.2). Evidentemente não por casualidade, o livro de Atos elucida claramente a matéria, evidenciando que imposição de mãos se fazia em concordância com o batismo (Atos 8.14-17; 19.1-7). "O gesto de Jesus, impondo as mãos sobre criancinhas deve também ser compreendido em relação ao batismo, e como figura deste sacramento" (Citação de Von Allmen, em

Vocabulário Bíblico. ASTE, verbete: Imposição de Mãos). Jesus não impõe as mãos sobre as criancinhas apenas por carinho e afetuosidade. Este gesto, para o judeu, revestia-se de profundo significado: implicava em que as crianças sobre as quais o Mestre impusera as mãos tornaram-se participantes das riquezas morais e das bênçãos do Messias. Elas foram abençoadas por Jesus e por ele admitidas nos mistérios da graça. Jesus adverte os pais e os pastores a não impedirem as crianças de se ligarem a ele, receberem a imposição de suas mãos sacrossantas. Devemos, por ordenação de Cristo, levar-lhe nossos filhos, herdeiros dos céus, deitados em nossos braços ou guiados por nossas mãos, para que sejam "tocados" pelo divino Salvador. É dever do pai introduzir na Igreja os seus filhos pelo batismo, não hereticamente, esperando que o rito batismal salve-os, mas na certeza de que os inclui no pacto, na comunidade visível, no universo espiritual de que faz parte, não por seus méritos, mas pela misericórdia de Deus.

h) Filho de crente, herdeiro do pacto.

Deus fez um pacto com Abraão e Sara, o núcleo familiar legítimo. Não o fez, entretanto, com o patriarca e a concubina egípcia, Hagar. Ismael, em decorrência disso, foi abençoado, mas não agraciado com a aliança: "De fato Sara, tua mulher, te dará um filho, e lhe chamarás Isaque; estabelecerei com ele a minha aliança, aliança perpétua para a sua descendência. Quanto a Ismael, eu te ouvi: Abençoa-lo-ei, fá-lo-ei fecundo e o multiplicarei extraordinariamente; gerará doze príncipes, e dele farei uma grande nação. A minha aliança, porém, estabelecê-la-ei com Isaque, o qual Sara te dará à luz neste mesmo tempo, daqui a um ano(Gn 17.19-21)". Chama-nos a atenção o fato de, mesmo não sendo objeto da aliança para ele e para a sua descendência, Ismael foi circuncidado aos treze anos, juntamente com seu pai Abraão. Era filho e, como tal, sob tutorado paterno, recebeu o sinal do pacto, embora com ele Deus não faria aliança. Se a criança vai ser fiel ou não, pactuada ou não, ou independer-se dos pais, não nos compete julgar. O que temos de fazer é o que Abraão fez: Incluir no concerto os que nos são subordinados, pois esta é a determinação divina: "Estabelecerei a minha aliança entre mim e ti e a tua descendência no decurso das gerações, aliança perpétua, para ser o teu Deus e o da tua descendência". Disse mais Deus a Abraão: "Guardarás a minha aliança, tu e a tua descendência no decurso das suas gerações. Esta é minha aliança, que guardareis entre mim e vós, e a tua descendência: todo macho entre vós será circuncidado. Circuncidareis a carne do vosso prepúcio; será isso por sinal de aliança entre mim e vós. O que tem oito dias será circuncidado entre vós, todo macho nas vossas gerações, tanto o escravo nascido em casa como o comprado a qualquer estrangeiro que for da tua estirpe. Com efeito, será circuncidado o nascido em tua casa e o comprado por teu dinheiro; a minha aliança estará na vossa carne e será aliança perpétua"

(Gn 17.7,9-13). O pacto se firma sobre uma criança antes de ela tomar conhecimento dele e antes de ela o aceitar por sua "fé responsável". Deus mudou? Evidentemente, não. O pacto traz duas promessas: Uma espiritual, imediata. Deus promete ser o Deus de Abraão e o de sua descendência. Outra material, mediata: A posse da terra de Canaã (Gn 7.7,8). Primeiro o espiritual, depois o material, mas a última dependeria da primeira. Aos que vivem em comunhão com Deus, aos que são incluídos no pacto, as bênçãos materiais são acrescentadas. Este princípio é mantido no Novo Testamento: "Buscai, pois, em primeiro lugar, o seu reino e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas" (Mt 6.33). O pacto mosaico também, à semelhança do abraâmico, contempla as crianças como partícipes (Dt 29.10-13). E a verdade que se estabelece é a seguinte: O pacto firmado com Deus pelo chefe da casa inclui a sua família e a todos os que lhe são subordinados, todos aqueles cujas vidas lhe estão sujeitas. E Deus passa a ser o seu Deus e o Deus de todos os que estão ligados a ele por laços familiares responsáveis ou por vinculações alienantes como, por exemplo, a escravidão. O pacto é eterno. Cristo efetivou-o, validou-o, perpetuou-o. Nasceu em uma família pactuada com Deus, a criança, por direito de nascimento, é herdeira da promessa geral. Se os pais não a incluem no pacto, cometem atos de "lesa-direito" e "lesa-dever" para com Deus e o descendente.

i) Crianças no Êxodo.

Que as crianças estavam no Êxodo, nem mesmo um antipedobatista duvida. Ora, então se tem de admitir que as crianças foram batizadas no mar e na nuvem tanto quanto os adultos. Que Paulo nos fale a respeito: "Ora irmãos, não quero que ignoreis que nossos pais estiveram todos sob a nuvem e todos passaram pelo mar, sendo todos "batizados", assim na nuvem, como no mar; com respeito a Moisés. Todos eles comeram de um só manjar espiritual; porque bebiam de uma pedra espiritual que os seguia. E a Pedra era Cristo". Houve ou não batismo infantil? Houve. Não há negar. Vejam bem, as crianças participaram das bênçãos do Êxodo, e também de seus sacrifícios; estiveram sob a nuvem, atravessaram o mar, submeteram-se à lei; tudo isso sem "decisão consciente". E conclui Paulo: "Alimentaram-se de Cristo". O pão que caiu do céu para os adultos, alimentou também as crianças. No Êxodo da Igreja sob a direção do novo Moisés, Jesus Cristo, a situação da criança não é diferente: Ingressam na comunidade dos eleitos pelo batismo; sofrem os sacrifícios impostos a seus pais por causa de Cristo; recebem instrução religiosa, sem qualquer direito de opção. Ao contrário: desde a mais tenra idade são levadas para a Igreja e submetidas aos

regulamentos, princípios éticos a normas de comportamento da comunidade, que não escolheram. E tudo isso não é violência da liberdade, mas contigência de serem "filhos de crentes". Dentro dessa linha teológica, perfeitamente compreensível aos judeus, que Pedro podia anunciar que o pacto realizado em Cristo, continuação e cumprimento daquele feito com Abraão, era para os pais e seus filhos (Atos 2. 29). Agora, podemos compreender porque o sacerdócio, por ordem divina, passava de pai para filho por solidariedade pactual. Se havia família sacerdotal por ordenação divina, por que não haver família cristã, pais e descendentes, na Igreja institucional ou militante dentro da qual está a invisível ou histórica?

12- Estar no pacto não significa estar no céu.

Mais uma vez repetimos: fazer parte da Igreja visível não significa ser salvo, obrigatoriamente. São salvos os que estão na Igreja invisível, os eleitos. Muitos israelitas não se salvaram; como muitos cristãos não se salvam, mesmo que tenham recebido o batismo na infância ou na idade adulta. O próprio anticristo surgirá de dentro da Igreja, um "batizado" apóstata. O batismo não salva, mas inclui no pacto dos salvos, na nação santa, o povo de Deus, tanto quanto o fazia a circuncisão. Todo Israel era "nação santa", mas nem todos os israelitas eram santos no sentido espiritual da palavra.

13- Lei e graça; Israel e Igreja.

Injustificável é a separação que se faz, com finalidades apologéticas, entre lei e graça e entre Israel e Igreja. A lei seria a tentativa divina de estabelecer um sistema salvador por meio de obras. A base de tal sistema estaria na "fidelidade" humana. O código legal, entretanto, divide-se em "lei cerimonial", completamente abolida, incluindo a circuncisão, e "lei moral", ainda vigente, mas com as restrições impostas pela graça. As cerimônias judaicas, conseqüentemente, são puramente carnis e ab-rogadas. Nada mais incorreto. Antes da promessa de uma terra, onde os judeus se constituir-se-iam em nação, Deus, pelo pacto, cujo sinal é a circuncisão, prometera ser o Deus de Abraão e de sua descendência. A posse terrena decorria da promessa como consequência, e não como fim. Tanto que se perdeu a nacionalidade sem que a aliança se desfizesse. Esta se manteve, por ser o alvo do concerto, mesmo nas horrorosas trevas da dispersão. A soberania nacional e os bens materiais dos eleitos destroem-se, mas o pacto permanece, e cada vez mais se vitaliza. O "materialismo cerimonial" não existe, senão na cabeça

preconcebida dos antipedobatistas, pois a circuncisão antecedeu ao "cerimonialismo" mosaico, e o pacto antecedeu à lei. Lei e cerimonial, porém, consumaram-se em Jesus Cristo. Como diz o autor da Carta aos Hebreus, eram figuras do que havia de vir. O ritualismo cútico e a lei no Messias se cumpriram rigorosamente. A graça, pois, se compõe de antecedentes (lei e sacrifícios) e conseqüentes (encarnação, vida e morte vicária do Cordeiro pascal, Jesus Cristo). Não há como dicotomizar as duas dispensações e admitir uma "mudança" em Deus. Lembremos, para não sermos injustos, que a circuncisão, o ritualismo cútico com todo o seu sistema sacrificial e as leis morais foram "instituídos por Deus", sem nenhuma opinião humana", em seus mínimos detalhes e cumpriram seus propósitos no plano da redenção até se realizarem em Jesus Cristo. A lei não foi dada para que Israel fosse salvo. Primeiro Deus o salvou da escravidão do Egito e o recolheu para si. Depois, firmou com ele o pacto de fidelidade mútua no Sinai, cujos termos se colocaram nas tábuas da lei. Portanto, o pacto mosaico não é obra humana, mas procede da graça de Deus e se firma na "Shemah": "Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão". Salvar, adquirir, organizar em nação, para então reger, não é graça? A lei foi dada aos salvos, e depois de salvos, não para salvá-los.

Deus é um só. Um só é seu povo eleito, historicamente em duas fases: uma judaica, preparatória, pedagógica, didática; outra cristã, a Igreja, sob o reinado do Messias de Israel, o herdeiro do trono de Davi, que disse à mulher samaritana que a salvação vem dos judeus. A circuncisão, as leis cerimoniais, sacrificiais e cúlticas, as leis morais, Israel e Igreja, são obras de Deus e produtos, signos e sinais da graça, na qual a totalidade da família da fé se insere, especialmente as crianças, filhas do pacto, herdeiras do reino. A promessa, portanto, inclui a criança. Vejam os seguintes textos: Dt 29.29; Is 44.2,3; 59.21; 65.23; Dt 30.19. O pacto de Deus com o homem jamais exclui os menores inconscientes. Deus pactuou com Noé, incluindo sua família (Gn 6.18; 7.1). E no decálogo este princípio fica estabelecido legalmente: "Eu sou o Senhor teu Deus, Deus zeloso, que visito a iniquidade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem, e faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos (Ex 20.5b, 6)". É Deus quem está dizendo, não nós, que o pai fiel ao pacto terá sua descendência abençoada infinitamente, isto é, até mil gerações. Terá sido isso um equívoco divino? Jesus também laborou no mesmo erro ao dizer às crianças do pacto que das tais era o reino dos céus? Teria Deus cometido um absurdo ao dizer, pelos lábios do salmista, que da boca de

crianças de peito ele tira louvor perfeitíssimo? Não, Deus não se submete à nossa lógica racional.

14- Solidariedade pactual no Novo e no Velho Testamentos.

Vimos que Deus, no Velho Testamento, elege e chama uma família, a de Abraão, para ser a base e a origem de seu povo santo. A bênção do chamado prolongou-se de geração em geração, garantindo a continuidade e a permanência da raça eleita. A promessa caminha, passando de pais a filhos, sem solução de continuidade, apesar das defecções, até passar de Israel para a Igreja por meio do Ungido máximo, Jesus Cristo. As genealogias comprovam isso. O processo não se alternou. Em Cristo Jesus formou-se o Novo Israel, mas não se rompeu o liame entre a velha e a nova dispensações, pois a "salvação vem dos judeus", e Cristo, nosso Salvador, é o Filho da promessa, "ministro da circuncisão". Deus, na Igreja, como fizera em Israel, chama afamílias inteiras pelo chamamento dos chefes familiares, prioritariamente o homem, mas, em falta deste, a mulher que, nesse caso, assumia a responsabilidade da prole. A resposta, pela fé, do cabeça do lar, aceitando a proposta de salvação oferecida por Cristo, vinha do chefe familiar, patriarca do "oikos". Repetindo para fixação: A decisão de aceitar a proposta salvadora, oferecida por Cristo, era tomada pelo cabeça do clã dada em nome da esposa e dos filhos, numa indiscutível solidariedade corporativa indivisível, "corpus domesticus", no contexto pactua. Em decorrência disso, podemos verificar casos típicos: **Zaqueu**. Jesus, verificando a sua real conversão, disse-lhe: Hoje houve salvação nesta casa (oikos)", pois que também este é filho de Abraão" (Lc 19.9). "Oikos" é termo que inclui a família inteira, não somente a residência física. **Lídia**, batizada e, com ela, toda a sua casa (Atos 16. 14,16). **Carcereiro de Filipos**, que afirmou crer em Jesus Cristo e, por sua fé, foi batizado e, com ele, sua família (At 16.30-33). Afirma-se que não há prova de que o carcereiro tinha filhos menores. Pior. Pois, neste caso, "adultos conscientes" foram batizados por fé de terceiro. Não seria mais lógico aplicar o batismo somente aos menores inconscientes? Por que Paulo não nos explicou isso? Temos ainda o caso de **Crispo** (At 18.8), de **Cornélio** (At 10.2), de **Onesíforo**, sobre cuja casa Paulo suplica bênção (2 Tm 1.16). O marido, no Velho e no Novo Testamentos, é o cabeça da família, o sacerdote do clã (I Co 11.3,8,9). A família de Deus origina-se nele e nele forma uma unidade solidária. Igualmente a Igreja é unidade solidária em Cristo perante o Pai. Estabelecer descontinuidade entre o marido e sua esposa e entre os pais e seus filhos é quebrar o conjunto solidário formado, segundo os propósitos de Deus claramente detectáveis

em ambos os testamentos. A Bíblia não estranha que o marido professe a fé e esse ato envolva sua esposa, pois ela é uma só carne com ele, uma unidade solidária. As Escrituras não conhecem o individualismo moderno.

15- A fé representativa.

Nega-se o batismo às crianças com fundamento na fé pessoal. Para os antipedobatistas a graça possui um condicionamento humano racional, a fé. Sem ela Deus não opera a salvação. Neste caso, fé não passa de virtude meritória, uma obra humana, e a salvação deixa de ser exclusivamente pela graça para ser mediante as obras. A tese da fé pessoal baseia-se nos seguintes pressupostos: a- Deus é o doador da fé para quem a deseja; b- O homem é o receptor consciente racional. Sem cognição e volição não há apreensão da fé. Por isso, o homem só se habilita a ser salvo mediante a razão, o pleno exercício das faculdades mentais, a capacidade racional. O livre arbítrio e a "responsabilidade consciente" permitem ao ser humano "aceitar" ou "rejeitar" a proposta redentora de Cristo; c- A fé orbita apenas no universo individual, opera a favor de quem a exercita, exclusivamente; d- Mediante a fé firma-se um pacto individual com Deus, excluindo completamente os descendentes diretos, os civilmente incapazes e os débeis mentais. A Igreja deixa de ser "um corpo" um "organismo", para ser simplesmente agrupamento de "indivíduos", cada um com "sua fé pessoal", cuidando de si mesmo, zelando apenas por sua "salvação individual". A imagem do Israel solidário, corporativo, pactuado, e da Igreja "videira" (Jo 15), "organismo" (I Co 12), esposa (Ef 5) não cabe na doutrina individualista da "fé pessoal", que também exclui a criança, galardão do Deus do pacto SI 127.3,4).

A posição dos pedobatistas pode ser esquematizada assim: a- Deus é o doador e o consumidor da fé; b- A salvação é um dom gratuito de Deus mediante a fé graciosa; c- É Deus quem opera tudo em todos. Ele não depende do homem ou de sua racionalidade para redimí-lo; d- fé é um equipamento dos eleitos; e- O homem não é salvo pela "responsabilidade" originada de sua racionalidade, mas pela graça de Deus; f- Não é o homem que escolhe o Salvador; este é que o escolhe, segundo seus propósitos e beneplácito, e o salva em Jesus Cristo (Jo 15.16); g- A resposta da fé, dada pelo líder familiar, inclui no pacto sua família, isto é, na Igreja visível, não no céu; h- A salvação é para os eleitos em Cristo Jesus, e estes formam a Igreja invisível dentro da visível, e só Deus sabe quem são; i- Não havia incircunciso na velha dispensação pactual como não há membro sem batismo na Igreja, o novo povo

de Deus, com adultos e crianças; j- No corpo solidário da Igreja, os fortes alimentam os fracos e todos se ajudam mutuamente. l- No juízo final, quem estiver dentro da Igreja solidária vai ao encontro de Cristo; quem estiver fora, fica.

Inabilidade do homem.

a- Inabilidade espiritual. Com a queda, o homem tomou-se inábil. Colocar nele a responsabilidade de crer é responsabilizar o que o pecado incapacita. Sem a graça ninguém se salva; b- Inabilidade mental. Há milhares de seres humanos impedidos do exercício da fé racional por patologias psíquicas e físicas diversas. Esses, como as crianças, estão perdidos por falta de "fé pessoal consciente"? Se a fé depende da razão para ser adquirida, dela igualmente dependerá para ser mantida. Quem perde a razão, perde a fé; perdendo a fé, perde a salvação? Neste caso, a loucura, para o "salvo antipedobatista", é dupla desgraça: Perda das faculdades e perda da salvação por eliminação da fé racional. E os velhos crentes que se esclerosam, morrendo em tal estado, como ficam? Ou a "responsabilidade" anterior vale durante e depois da patologia da loucura ou do estado esclerótico profundo? Problemas!!! As coisas de Deus são "loucuras" para a razão humana, para a lógica racional (ver I Co 1.26-29). Melhor depender de Deus e de sua graça do que do homem e de sua razão. O Deus das Escrituras é soberano e não depende do homem, nem para a própria salvação do próprio homem. Cristo foi homem, mas não gerado por ser humano. Aquele que opera tudo em todos, descobre o homem e o salva (Jo 6.44; 1 Jo 4.19; Jo 15.16).

b) Fé representativa: inegável.

O princípio da fé representativa é inegável. Paulo afirma que os filhos dos pais crentes são santos (I Co 7.14). Santos, para os apóstolos, são membros da Igreja, os que Deus separa para ele. e o são por batismo, pois não há outro meio de ingresso nela. Deus aceita a fé viva do pai em favor do filho menor e incapacitado de crer. Consultar Marcos 9.14-29, especialmente os versículos 21 à 25, e João 4.46-54. Aí se vê que a fé opera em favor de terceiros. Escandalizados ficam os antipedobatistas, quando se lhes diz que os filhos são incluídos na Igreja pela fé de seus pais. Horrorizados devem ficar com o fato de Jesus ter "perdoado" os pecados do parálítico, incapacitado de crer, pela fé dos que o conduziram a Ele. Mas o texto não deixa margem a dúvidas: "Os teus pecados estão perdoados" (Ver Mc 2.3-12). Aqui Jesus age em favor do parálítico, não por sua fé pessoal, mas pela fé dos responsáveis por ele diante do Salvador. É o "absurdo" da graça contra a "lógica" dos racionalistas. Então, por que os pais não podem batizar seus filhos

menores e os eventualmente incapazes de crer por deficiências mentais?

16- Argumentos contra o batismo de crianças:

a) A circuncisão nada tem a ver com batismo. Ela é um rito carnal, um símbolo nacional, e nada mais.

R. -A circuncisão tem tudo a ver com o batismo. Ambos os sacramentos são selos pactuais da fé, sendo um sucessor do outro. Paulo, sobre Abraão, registra: "E recebeu o sinal da circuncisão como selo da justiça da fé que teve quando ainda incircunciso; para vir a ser pai de todos os que crêem, embora não circuncidados, a fim de que lhes fosse imputada a justiça" (Rm 4.11). Ora, a fé precedia e justificava a circuncisão exatamente como acontece com o batismo. Ambos os signos são denominados "selos da fé". Quem nega o liame entre circuncisão e batismo, nega a revelação e desconhece que Israel, antes de ser "nação", era "povo escolhido de Deus" assinalado pela circuncisão.

b) Por que o pedobatista nega Santa 'Ceia às crianças? Se são membros da Igreja, por que não participam da Ceia?

R. -Será que uma criança de oito dias, imediatamente após ter recebido a circuncisão, e pelo fato de fazer parte oficial do povo de Deus, seria "obrigada" a comer carne assada com ervas amargas? Claro que não. Como o circunciso na infância, o batizado menor foi "levado" por seus pais. Não se lhe exigiu opção consciente. A Santa Ceia, ao contrário, exige "discernimento", do comungante, o que uma criança não pode fazer: "...quem come e bebe sem **discernir** o corpo, come e bebe juízo para si(I Co 11.29)". Além do "discernimento" , ainda Paulo requer do comungante um "exame introspectivo", que da criança não se pode exigir por absoluta impossibilidade: "Examine-se, pois, o homem a si mesmo, e, assim, coma do pão, e beba do cálice" (I Co 11. 28)". Batismo é um sinal que se põe no candidato à membresia da Igreja. Santa Ceia é uma reafirmação conscient e responsável do pacto. A criança ingressa na comunidade pactual por mediação dos pais, mas somente participa do signo da aliança, a Santa Ceia, quando professar, por si mesma, a fé; fato que se dará pela decisão volitiva pessoal de ser de Cristo e pertencer a sua Igreja. Eis porque não damos Santa Ceia às crianças.

c) Não há mandamento para batismo de criança. Nenhuma ordem explícita que determine à Igreja batizar crianças irresponsáveis.

R. -É verdade, mas também não há nenhuma recomendação expressa para se negar o batismo à criança. No campo de "mandamento", estamos iguais: na marca zero; mas no de

deduções bíblicas levamos imensa vantagem. Os irmãos antipedobatistas têm algum mandamento explícito no Novo Testamento para guardarem o domingo? -Para dizimarem os rendimentos de seus membros? -Para darem Santa Ceia às mulheres? Bem, se fazem tudo isso sem qualquer mandamento explícito, com que autoridade nos criticam? E os batistérios, onde os encontraram na Bíblia?

d) Se a circuncisão é o sinal do pacto, por que Ismael foi circuncidado?

R. -Se o batismo da fé pessoal é o "indisputável" sinal da salvação, por que os imersionistas o têm aplicado a muitos que se perderam e a outros que se tomaram apóstatas? -Por que Jesus chamou para o colégio apostólico o "circuncidado" e "batizado" Judas Iscariotes? Não são casos semelhantes? E os antipedobatistas podem explicá-los? O caso de Ismael, no entanto, tem características especiais: a- É o resultado do planejamento de Sara, não de Deus (Gn 16.1-3); b- Deus jamais desprezou Ismael. Ao contrário, abençoou-o (Gn 16.10-12; 21.13,20). Paulo afirma que Sara e Hagar são duas alianças (Gl 4.24,25). Ousariam os antipedobatistas dogmatizarem com certeza absoluta que Ismael não se salvou? c- Deus ouviu o clamor do menino Ismael (Gn 21.17, 18); d- As bênçãos que Ismael recebeu decorreram de sua filiação abraâmica (Gn 21.13). e- A velha regra se estabelece: Deus abençoa o filho por causa do pai. Isto legitima a circuncisão.

e) Por que pedobatistas não batizam netos, bisnetos e empregados? Não se baseia na circuncisão? Por que não a seguem (Gn 17.27)?

R. -Não se trata de "empregados", em termos modernos, mas de escravos, "objetos" dos seus senhores, os quais respondiam pela totalidade da vida deles. Os nossos filhos adotivos e os nossos netos ou bisnetos sob nossa responsabilidade são batizados sim. Naquele tempo, o chefe do clã era senhor absoluto e tutelava a família inteira, inclusive seus escravos. Por isso, circuncidava-os. A defesa, a honra, a manutenção e a religião do grupo tribal ficavam sob a responsabilidade do patriarca. Quem, na Igreja, porventura, assumir responsabilidade desta natureza sobre crianças, parentes ou não, tem o dever de batizá-las. Os filhos adotivos criados por servos de Deus e educados na Igreja, estes recebem o batismo pela responsabilidade "fidei" dos responsáveis por eles.

f) A criança não pode exercer fé pessoal, então não pode ser batizada.

R. **A questão do discernimento.** O antipedobatista entende que a fé procede do discernimento racional. Não foi assim, porém, que aconteceu a Adão. Antes de discernir entre o bem e o mal, estava

salvo, sob a graça da aliança, em comunhão com Deus. O dia que "adquiriu o discernimento", ficando "conhecedor do bem e do mal", perdeu-se (Gn 2.17 cf 3.22-24). A racionalidade serviu para afastar o homem de seu Criador, não para salvá-lo. Deus oculta as coisas celestes aos sábios e entendidos e as revela aos pequeninos (Mt 11.25-27). Não escolhemos Cristo; ele que nos escolheu (Jo 15.16).

g- **Argumento da pré-mensagem.** Os antipedobatistas pretendem desconstruir a dupla tese, a da fé representativa e a da possível existência de crianças na casa do Carcereiro de Filipos, argumentando que Paulo e Silas, antes da aplicação do batismo, pregaram o Evangelho a todos os familiares do Carcereiro (At 16.32).

R. a- Esquecem-se, por descuido ou por conveniência, do versículo 31, pelo qual os apóstolos declaram o princípio da fé representativa: “Crê no Senhor Jesus e serás salvo, tu e tua casa” Após tal declaração, e fundamentados nela, os apóstolos pregaram o Evangelho ao Carcereiro e aos seus familiares (v. 32). O pré-fundamento da mensagem é: Se você, Carcereiro, crer no Senhor Jesus, a salvação ser-lhe-á dada, tanto a você com à sua família. No entanto, a nós nos parece, que tal pregação não incluiu sua esposa nem seus filhos menores, posto que não “estavam no trabalho” com o esposo e pai, pois somente após o batismo é que o Carcereiro levou-os para sua casa e pôs-lhes a mesa (v 34). Certamente alguém estava no lar, possibilitando o rápido “preparo da mesa”, pessoa ou pessoas que “não ouviram a pregação apostólica” para terem “fé consciente”. b- O batismo foi aplicado imediatamente após o caridoso ato do Carcereiro de lavar os vergões dos açoites de Paulo e Silas: *Naquela mesma hora da noite, cuidando deles, lavou-lhes os vergões dos açoites. A seguir, foi ele batizado, e todos os seus* (At 16.33). Observem a concomitância dos atos: “Naquela mesma hora da noite” aconteceram a lavagem das feridas dos açoitados e o batismo do Carcereiro (v.33). Não se registra nenhuma declaração formal de fé, nem do Carcereiro nem de nenhum de seus filhos ou esposa. A fé do ancestral da família foi declarada por obras, não por expressão verbal. Pregação houve, mas onde se registra qualquer resposta consciente de fé? c- A fé do chefe de família, pela qual respondia moral, social e religiosamente, incluía sua esposa, de quem era o responsável direto, e todos os seus descendentes. A conversão do líder familiar integrava no pacto a sua casa (seu hoikos), como aconteceu a Zaqueu (Lc 19.9) e ao próprio Carcereiro de Filipos. d- O fato de “pregar para adultos” não exclui da graça os seus filhos menores. Paulo e Silas, ao pregarem para o “pai-carcereiro”, causando-lhe a conversão,

atingiu toda sua casa com esposa, filhos maiores e menores, se os havia. Agora ele podia dizer com o seu irmão Josué: *Eu e minha casa serviremos ao Senhor (Js 24.15)*. Se não existe registro de batismo de criança, filha de crente, também não se registra batismo de adulto, filho de membro batizado de idade de consciência; e já os havia no tempo em que os apóstolos escreveram os evangelhos, as cartas e os demais documentos revelados.

A pregação ao Carcereiro e aos seus filhos não elimina a possibilidade de haver crianças em sua casa, as quais foram batizadas com pai, a mãe e os irmãos maiores; tudo pela graça, não por fé racional. A fé, em si mesma, sem a misericórdia da graça, não tem poder justificador.

Crença e batismo.

a- O texto predileto dos antipedobatistas é Marcos 16.16 que diz: ' 'Quem crer e for batizado, será salvo; quem, porém não crer, será condenado" . Infere-se, portanto, que as crianças não crêm, logo, serão condenadas. E, contrariando o Pr. Taylor, ao morrerem "condenadas", por sua falta de crença, não se salvarão. Mas Cristo desfaz essa exegese dizendo: "Deixai vir a mim os pequeninos, não os embaraceis, porque dos tais é o reino de Deus" (Lc 18. 16). Portanto, as crianças ficam fora dos propósitos do autor que, na verdade, referia-se à pregação para adultos, em idade de responso da fé (Me 16.15). Tanto são adultos, que podem exercer atos e funções próprias e privativas de adultos. Senão, vejamos: "Estes sinais hão de acompanhar aqueles que crêm (os anteriormente mencionados): Em meu nome expelirão demônios, falarão novas línguas, pegarão em serpentes ... " Pode uma criança fazer tais proezas? Não se pode, pois, aplicar à criança o que se destina a adultos.

g) Batizar uma criança é violar-lhe a liberdade de escolha.

-O Deus que se escolhe não é o Deus do pacto, da graça, o Deus soberano, mas uma limitada divindade particular, submissa à inteligência, à razão, à decisão humana. Somos escolhidos, não escolhedores (Jo 15.16). E, se somos escolhidos, todos estamos, perante os propósitos do soberano Redentor, em igualdade de condições, isto é, incapazes, inábeis, desqualificados, tanto crianças como adultos. O mesmo Deus que escolhe o pai, por imensurável e inefável graça, escolhe o filho (ou o rejeita). Que diferença há entre um e outro? O antipedobatista "respeita" a liberdade de seu filho ao "obrigá-lo" a escovar os dentes, a tomar banho, a ir para a escola, a fazer seus deveres escolares, a cumprir suas obrigações, a ir para igreja dos pais? A tal liberdade é muito relativa; e a escolha sob "liberdade controlada" é muito condicionada. O

antipedobatista luta para seus filhos entrarem para Igreja; nós lutamos para que os nossos dela não saiam; e a maioria fica, graças a Deus. E os que ficam, não reclamam de tolimento de liberdade por parte de seus pais; pelo contrário, agradece- os.

h) Não se tem certeza da salvação da criança ao se tornar adulta.

-O imersionista, ao imergir um adulto, tem certeza absoluta de sua salvação? Se não tem, e não pode ter, por que a exige do pedobatista? Sabemos, por informação de Jesus Cristo, que "muitos são chamados, e poucos escolhidos". Aliás, para a criança que morre na idade da "irresponsabilidade", diz o pastor Taylor, há salvação, privilegiando-a em relação às que ficam vivas. Pobres infantes viventes!

Cristo, ao afirmar que das crianças é o reino de Deus, deixa-nos a certeza de que elas estão no reino visível até que atinjam a maturidade para crer. Daí para frente, cessa a responsabilidade dos pais; começa a delas. Exemplos de adultos, no Novo Testamento, que, batizados, certamente, renegaram a fé: Judas, que chegou a ser apóstolo. Ananias e Safira (At 5.1 ss). Himeneu e Fileto (II Tm 2.16, 18). Demas e Alexandre (II Tm 4.10, 14). Um incestuoso (I Co 5.1). Apóstatas irrecuperáveis (Hb 6.4-6). Muitos anticristos (I Jo 2.18, 19). Se o próprio Cristo recebeu, na Igreja, Judas (réprobro) e Pedro inconverso, por que se há de exigir de nós certeza sobre futura salvação da criança? Batizamos-las com base no pacto e na "certeza" de que das tais é o reino de Deus". Uma coisa podemos afirmar com segurança: Não há crianças falsas, hipócritas, na Igreja. O mesmo não se pode dizer dos adultos.

i) As crianças são, por natureza, filhas da ira (Ef 2.3).

-"Éramos", não somos mais. Citemos o texto: "Éramos, por natureza, filhos da ira como também os demais". Todos nascemos pecadores (Sl 51), mas os filhos da promessa são agraciados com a eleição em Cristo Jesus e deixam de ser "filhos da ira". Os filhos de crentes, pois, são filhos do pacto, herdeiros do reino visível de Deus, jamais "filhos da ira" com os demais". Não batizamos descendentes de incrédulos; só batizamos filhos de crentes, incluindo-os no concerto de seus pais, como Abraão circuncidou seu filho Isaque, segundo a promessa. Os filhos dos santos são chamados "santos", não de filhos da ira, pois a promessa é para nós e para os nossos filhos (At 2.39). O filho do pacto é galardão de Deus (Sl 127.3).

j) Não há registro de batismo infantil no Novo Testamento.

-Também não há registro de batismo de adultos, descendentes de membros da Igreja. E onde se registra no Novo Testamento que o pai tem de deixar seu filho crescer para ser batizado, porque a fé pessoal é indispensável à recepção da graça?

Nada existe. Nós ainda temos a analogia da circuncisão e a fortíssima doutrina do pacto. E os antipedobatistas, em que se firmam? Em frágeis pressupostos.

k) A criança é irresponsável, logo, não deve ser membro da Igreja.

-Os meninos Isaque, Jacó e José foram membros do Israel de Deus. Por que nossos filhos não podem ser membros da Igreja? Deus mudou de opinião? Não. Jesus nos ensina o contrário: Afirma que das crianças é o reino de Deus. E sobre o privilégio dos adultos contesta: "Em verdade vos digo: Quem não receber o Reino de Deus como uma criança, de maneira nenhuma entrará nele"(Mc 10.15).

O antipedobatista diz: Cresça, raciocine, creia, para entrar para Igreja de Cristo via batismo. Jesus inverte: Diminua, abandone sua racionalidade, torne-se como menino para ser recebido no reino dos céus, uma dádiva da graça, que não se recebe pela razão.

l) Ninguém pode ser salvo pela fé de outro. Portanto, batizar uma criança pela fé de seus pais é um absurdo, uma blasfêmia.

-Não foi pela fé que Abraão circuncidou Isaque? Não foi pela fé de terceiros que Jesus perdoou os pecados do paralítico (Mc 2.1-11)? Os que se contam na genealogia de Jesus não foram herdeiros da fé de seus pais? Não é a promessa para nós e para os nossos filhos? Blasfêmia é submeter a graça à razão, criando um deus da conquista racional do homem, uma divindade de sua sabedoria, de seus desejos e de suas conclusões: negação completa da soberania absoluta do Redentor e de sua graça incondicionalmente eficaz.

m) Batizar uma criança inconsciente, não regenerada, é blasfêmia,

-Blasfêmia também seria circuncidar uma criança ao oitavo dia, mutilando-a sem seu consentimento, incluindo-a no povo de Deus sem o seu conhecimento. Batizamos nossos filhos, incluindo-os no novo Israel, como os nossos antepassados incluíram os seus na Igreja da promessa pela circuncisão. Blasfêmia, entendemos, é batizar objetos, à semelhança do romanismo, atribuindo-lhes virtudes consecratórias. Vejam esta do pastor Taylor: "Li de um batizando que, ao entrar nas águas, tirou a carteira e ia dá-la a um dos espectadores para guardar. O pastor disse:"Leva-a contigo. Deixa tua carteira também ser batizada e dedicar-se ao serviço de Cristo". E assim se fez. Eu, às vezes, digo ao meu povo, que pastoreio, que os crentes que vão ser batizados devem ser batizados com a boca aberta. Sejam batizadas suas línguas também. Somos novas criaturas. As línguas não devem ser velhas ... Batizemos nossas línguas e saibamos que a velha língua foi sepultada, e que novas criaturas têm novas línguas" (Batismo Bíblico, 2ª Ed. 1967. CPB). Blasfêmia é "regenerar" línguas e carteiras pelo "sepultamento" e "ressurreição" em tanques

batisteriais. E o respeitável Taylor continua: "Há tantas novas criaturas com línguas velhas, sujas de boatos, calúnias, imundícias, frivolidade e mentira, e que têm apetites fortes para tais coisas abomináveis como outras línguas têm apetites de álcool ou pimenta. Que contradições de termos! Batizemos nossas línguas e saibamos que a velha língua foi sepultada e que novas criaturas têm novas línguas" (Idem, págs. 253/254). Batizar línguas e carteiras pode e deve, "regenerando-as"; mas batizar crianças, não. Valem tão pouco assim os filhos dos antipedobatistas? Pela mesma "teologia" com que se batiza uma "carteira" ou uma "língua suja" não se poderia batizar uma criança, consagrando-a ao Senhor? Por que se "consagram" objetos e não se consagram os filhos da promessa? A "carteira" de um pai vale mais para ele que seu filhinho? Doutrina batismal que não se baseia no pacto da graça, mantida por Deus de pais a filhos mediante o dom da fé, acaba se perdendo nos descaminhos das afirmações inconseqüentes, ilógicas e antibíblicas. Além do mais, o aspecto "regenerador" do batismo, que rejeitamos, fica estabelecido em tais declarações antípias.

17- Conclusão.

É mais seguro batizar uma criança, filha da promessa, sobre quem recai a bênção de pertencer ao reino dos céus, que batizar um adulto, tendo de acreditar, não em Cristo, mas na confissão pessoal do batizando. Na criança não há falsidade nem hipocrisia. No adulto, quem garante não haver? Não sendo filho de crente ou sob responsabilidade direta de membro da Igreja, não se batizam menores. Ver Código de Disciplina, Art 3º, combinado com Art. 11, e seus parágrafos, de Princípios de Liturgia.

Observações

Repeti muito, até fastidiosamente, para se fixar bem, que "batismo não salva ninguém; é rito sinalizante de introdução na igreja visível, a totalidade dos membros, mas não a totalidade dos salvos, que se alista na igreja invisível, cerne vital e justificadora da visível. Havia circuncisos perdidos; há batizados não regenerados.

O batismo não purifica os batizados, sejam pessoas ou coisas. O eminente pastor Taylor entendia que sim, pois entendia que a "lavagem" batismal não só "purificava" o batizando, mas também coisas como línguas, carteiras e dinheiros.

O batismo, no entendimento reformado, é sinal de ingresso na Igreja institucional que, apesar de conter, no presente estágio, trigo e joio, é o "Corpo histórico de Cristo", organizada por ele e mantida pelo Espírito Santo.

Ao batizar uma criança, o pastor deve ressaltar o fato de que é filha do pacto da graça, firmado por Deus com seus pais, e que a "graça invisível" de que o batismo é sinal, a salvação, a criança já possui, segundo declara Jesus Cristo, certamente se ela for eternamente eleita. Crianças que não serão criadas e educadas na Igreja não devem ser batizadas. Só se batizarão menores se, pelo menos, um dos pais for membro comungante da Igreja, seguindo a teologia paulina (I Co 7.14).

Diante da graça imerecida todos são iguais e estão nas mesmas condições: Velhos, adultos, jovens, adolescentes, crianças, deficientes físicos e mentais, mongóis e outras patologias. A salvação não é para um grupo privilegiado de sadios e racionais, mas para todos os que Deus elegeu em Cristo Jesus e chama no tempo oportuno, não importando o estado biofísico, psicológico e mental de sua existência histórica do presente estágio.

18 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 01- Eu e Minha Igreja- Batismo, Cap VIII, do autor, em originais na CEP, 1985
- 02- Institutas- Calvino. Livro IV, Do Batismo. CEP, 1989. Trad. de W.C.Luz. SP
- 03- El Bautismo- Sacramento del Pacto de Gracia, Pierre Ch Marcel. Fundacio Editorial Reformadas, Países Baixos, 1968.
- 04- Batismo Bíblico- William C. Taylor, Casa Pub. Batista, 1967,2" Ed., 1967. RJ
- 05- Estudos Bíblicos sobre o Batismo de Crianças- Philippe Landes. 2" Ed. 1952. CEP, SP
- 06- O Batismo Cristão- Philippe Landes. CEPo Sem data.SP
- 07- Cartas sobre o Batismo- E.B. Fairfield. Imp. Metodista. 1937.,1a Ed. SP
- 08- Catecismo Católico. Edit. Herder. 1958. SP
- 09- O Novo Catecismo- Fé Para Adultos. Ed. Loyola, 1976.Vertido do Holandês.SP.
- 10- Batismo- Vários autores. Dic. Inter. de Teol. do Novo Testamento. Vida Nova, L" Ed. 1981. SP
- 11- Baptism- W.F. Glemington, em The Int. Dictionary of the Bible. NY. 1957.
- 12- A Teologia do Batismo- Allan Richardson em Int. à Teol. do Novo Testamento. ASTE. I" Ed. 1966. SP
- 13- Confissão de Fé de Westminster e Catecismo Maior. CEP.

INDICE	Pág.
01 – Batismo, o que é.	02
02 – Divergências	02
03 – Posição de nossa igreja.....	03
04 – Forma batismal:	03
a-A lingüística não ajuda	03
b-Batizar nem sempre é mergulhar	04
c-De imergir a sepultar	04
d-A suposta imersão joanina	05
e-Batismo, dogma denominacional	05
f-Validade do dogma mais que a legitimidade da forma	06
05 – Justificativas Ppresbiterianas da Aspersão.....	06
a-O Espírito Santo foi derramado	06
b-O Batismo de Paulo.....	06
c-As abluções traduzidas por batismos.....	07
d-Batismo pelo mar e pela nuvem.	07
e-Os três mil batizados.	08
f-Talhas, não tanques	09
g-Batismo do Carcereiro de Filipos.	09
h-Outros casos.	09
i-Os discípulos de João	10
06 – Batismo de João, o batista	10
j-Submersão e Sepultamento.	12
g-Nascemos do Alto	13
h-Discípulos de João rebatizados.....	13
i-A manter-se o liberalismo radical.....	13
07 – Teologia do batismo	14
08 – Batismologia católica.....	14
09 – A tese da fé pessoal	16
a-Caso do Paralítico de Cafarnaum.	17
b-Mais algumas questões.....	17
10 – Batismo, sacramento pactual	17
a-Termos da aliança.	18
b-Isaque, Filho da Promessa.....	18

c-Sara e Hagar	19
d-Substituição, não eliminação	19
e-Circuncisão e batismo	20
f-Cristocentrismo da aliança	20
g-O Pacto e seus Símbolos na nossa Teologia	21
 11 – Batismo de criança.	 22
a-Sola Fide e Sola Gratia	22
b-Rejeição do pacto abraâmico	23
c-O pacto universal em Cristo	24
d-Jesus diz que as crianças estão salvas	26
e-Crianças responsáveis foram a Jesus	27
f-Criança, modelo para adultos	28
g-Jesus impõe as mãos sobre as crianças (Me 10.16)	29
h-Filho de crente, herdeiro do pacto	30
i-Crianças no Êxodo	31
 12 – Estar no pacto não significa estar No céu	 32
 13 – Lei e graça Israel e Igreja	 32
 14 – Solidariedade pactual no Novo Testamento	 34
 15 – A Fé Representativa	 35
 16 – Argumentos contra o batismo de crianças	 37
 17 – Conclusão	 43
 18 – Bibliografia	 44